

HISTÓRIA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Coordenação de

JOSÉ VIRIATO CAPELA

JOSÉ MARQUES

ARTUR SÁ DA COSTA

ANTÓNIO JOAQUIM PINTO DA SILVA

A INDÚSTRIA EM VILA NOVA DE FAMALICÃO UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

JORGE FERNANDES ALVES

Qualquer espaço geográfico de referência é sempre uma plataforma onde se cruzam vários outros espaços e dinâmicas sociais e económicas diferenciadas. Este aspecto não pode ser esquecido quando se pretende abordar a industrialização de um concelho como o de Vila Nova de Famalicão, que claramente se insere num território industrial mais abrangente – o designado Vale do Ave, dotado de uma dinâmica económica com algumas especificidades mas estreitamente dependente de movimentos mais amplos da economia-mundo, uma vez que partilha da nebulosa têxtil mundial. Mas não pode constituir objectivo de um texto de síntese como este dar conta da multiplicidade de perspectivas que a leitura caleidoscópica da realidade exigiria, tanto mais que são ainda escassos e pouco diversificados os estudos sobre a realidade concelhia e sua inserção mais global, qualquer que seja a focalização pretendida, desde os estudos sectoriais às análises de casos industriais. Procura-se aqui produzir apenas uma visão histórica das linhas de força da industrialização no concelho de Vila Nova de Famalicão, numa tentativa de cruzar duas metáforas: se, por um lado, através da metáfora do progresso, procuramos identificar unidades industriais e apreender os saltos qualitativos que nos fornecem uma evolução sócio-técnica, nos seus avanços e rotinas, por outro lado, desaguamos na metáfora do espaço e deparamos com um complexo económico que é fruto da lenta tessitura de um território industrial, em que a "dinâmica recente da industrialização difusa e da pluriactividade tem profundas raízes" históricas¹. Esta situação leva a que empresários famalicenses criem iniciativas empresariais em concelhos vizinhos e vice-versa, o que foi frequente na têxtil, sendo sempre redutora a definição de uma indústria famalicense. E, num raio mais largo, embora em muito pequena escala, aparecem unidades fabris que se inscrevem na órbita de importantes grupos empresariais nacionais ou mesmo internacionais a complexificarem uma realidade que não será possível analisar em detalhe. No âmbito da monografia local em que este texto se inscreve, procuraremos evidenciar apenas o destaque localizado das unidades em território famalicense e o seu papel económico.

Uma das formas de expressão das metáforas acima enunciadas é a evidenciação da dicotomia agricultura-indústria, em que a afirmação positiva deste último sector arrastaria consigo o sentimento de pertença aos espaços do progresso. Esta conjugação distinta dos modos de trabalho no universo representacional é muito clara num texto de enunciação das virtudes do concelho famalicense, inserto numa brochura de divulgação de 1947 que vale a pena transcrever, pela forma como ajusta uma imagem tradicional de campos e vinhedos salpicada de fábricas e oficinas, timbre da paisagem característica das terras do Vale do Ave:

Sendo um concelho agrícola, tem uma indústria têxtil que ocupa 20% da sua população total. A indústria de madeiras é importante e próspera. Não se deve esquecer que Famalicão tem um fábrica de lanifícios, uma outra de relógios de parede - a única na península, e uma outra de pneumáticos e duas importantes fábricas de alfaias e engenhos agrícolas, além de uma grande fábrica de malhas e várias fábricas de botões e adornos de vestuário. Existem três fundições, de nome conhecido, duas trabalhando em fogões e artigos de ferro forjado e imobiliário diverso de

¹ Cf. Santos, Boaventura Sousa – O Espaço da Introdução, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, Abril 1987 (Espaço e Industrialização), p. 5-13. Domingues, Álvaro, e Marques, Teresa – *Produção Industrial, reprodução social e território – materiais para uma tentativa de abordagem do Médio Ave*, *ibidem*, p. 125-144.

metal, e outra preparando soldas e fundindo metais diversos; três oficinas gráficas, uma das quais honra a terra e a indústria nacional – a "Minerva". Existem excelentes serrações, carpintarias, ensambladores, fábricas de mobiliário, moagens, carvoarias, fabricantes de cestos e cortadores de esteios... Tudo, tudo se fabrica, organiza, constrói neste concelho, onde toda a gente trabalha e moireja, com alegria e dedicação."⁴

E na sua preocupação enunciativa, conjugada com uma representação de harmonia produtiva e de "alegria no trabalho" que encaixa na ideologia dominante na época, o autor nem sequer esgotava as potencialidades famalicenses, na pressa de mostrar uma industrialização que ultrapassaria a mono-especialização têxtil. Com efeito, se consultarmos a *Estatística Industrial*⁵ desse mesmo ano, vamos ainda encontrar como importantes nesta localização industrial actividades como:

- a) salsicharia, então com 24 unidades, embora só uma inscrita como de regime industrial, sendo de regime doméstico as restantes, mas com um produção elevada no domínio de fumados, salgados e frescos de carne de porco;
- b) a moagem, na qual sobressaíam três fábricas e 13 azenhas;
- c) a confeitaria, com 5 estabelecimentos;
- d) ainda uma pequena unidade de papel;
- e) uma fábrica de resinosos.

O esquecimento destas actividades numa brochura de divulgação pode ser significativo, pois parece derivar da necessidade de destacar apenas as indústrias mais modernas e desligadas da agro-pecuária local para sublinhar o efeito de evidência das opções industriais do concelho ligadas a actividades aparentemente mais progressivas, embora o futuro industrial do concelho venha posteriormente a passar pela ligação com a agro-pecuária, nomeadamente através da salsicharia que se assume hoje como um dos sectores de maior dinamismo e de produção de valor acrescentado do concelho, ou da confeitaria, com casos interessantes de afirmação empresarial.

⁴ *O Nosso Concelho – Vila Nova de Famalicão, Famalicão, Minerva, 1947,* p. 13.

⁵ *Estatística Industrial – 1947, Lisboa, INE.*

1. IMAGENS INDUSTRIAIS DO SÉCULO XIX

Se a actividade transformadora acompanha o homem desde a sedentarização, só nos séculos recentes atingiu uma configuração como actividade industrial quando minimamente ganhou uma relativa autonomia da agricultura, procurando a produção para o mercado, assalariando trabalhadores, assumindo gradualmente as novas técnicas de produção. As antigas informações da Junta de Comércio, que remontam à organização estatal pombalina e antecipam os inquéritos industriais dos finais do século XIX, procuravam recensear este tipo de distinção, registando, ainda que com critérios grosseiros ou pouco claros as unidades de tipo manufactureiro ou já fabril. É certo que registavam sobretudo as unidades a quem tinha sido concedido privilégio, mas, em todo o caso, constituem sempre um recurso precioso para a detecção de eventuais unidades de acção transformadora.

Mas neste contexto, as informações disponíveis para o espaço que depois (em 1834) veio a ser o concelho de Vila Nova de Famalicão, não vão além da referência a um ou outro tear disperso, como por exemplo, em 1826, o do lugar da Pena, em Vermoim, de Manuel José Carvalho, que empregava apenas um mestre e usava seda e algodão. Confirmam, no entanto, a imagem tradicional do tear como elemento indispensável na economia rural, que a tempo parcial ou integral podia produzir para o mercado local, surgindo já nos inícios do século XIX a utilização do algodão como matéria-prima utilizada pelos tecelões locais de seda na crescente produção de tecidos mistos. Mas não se vislumbra ainda, para a transição dos séculos XVIII-XIX, qualquer iniciativa local de avançar para empreendimentos de tipo manufactureiro, isto é, para uma forma de organização empresarial mais moderna face aos padrões da altura, que evidenciasse alguma capacidade de mobilização de capital e conglomerasse debaixo de um tecto um conjunto de trabalhadores, praticando formas elementares de divisão de trabalho e de requerimento de privilégios típicos do mercantilismo de raiz pombalina.

Se avançarmos para os meados do século XIX, já há indícios de alguma iniciativa industrial, ainda que débil. Prestemos atenção ao precioso "inquérito" de 1845, elaborado no âmbito da acção dos administradores do concelho para informações ao governo civil que, hierarquicamente, seguiam para o Ministério do Reino (depois de 1852, para o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria). Os impressos desta informação para aquele ano fornecem a indicação de que "debaixo da denominação de Fábricas se compreendem as Oficinas que trabalham em ponto grande". E o resultado para Vila Nova de Famalicão deixa-nos entrever uma pequena concentração geográfica de oficinas em localidades a nascente do concelho, ainda que reduzidas a cerca meia dúzia de operários cada uma, mas que trabalhariam então em "ponto grande", ou seja, provavelmente durante todo o ano, acabando por ter produção que superava os níveis do consumo local e que, assim, procurariam mercado num espaço vizinho mais alargado. São nomes cujas ressonâncias familiares vamos encontrar mais lá para o final do século, alguns deles já agregados a empresas de alguma dimensão, facto a evidenciar o carácter de endogeneização familiar no saber-fazer da tecelagem. Começa a ganhar contornos a concentração têxtil que ganhará visibilidade pelos inícios do século XX no eixo Famalicão-Guimarães, ainda sob a forma de pequenas oficinas.

Para além destas, no quadro informativo só aparecem referências a três outras unidades de ferragem pouco significativas.

1845 - MAPA DAS INFORMAÇÕES INDUSTRIAIS RELATIVAS AO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

FREGUESIA	QUALIDADE DAS FÁBRICAS	PROPRIETÁRIOS	Nº OPERÁRIOS	ESTADO	DATA DE ESTABELECIMENTO
Ruivães	Tecido de seda do estreito	António Machado	6	Decadente	1837
Ruivães	"	Bernardino José de Macedo	6	"	"
Ruivães	"	António Joaquim de Sousa Machado	5	"	1828
Ruivães	"	Domingos José Leite	6	"	"
Ruivães	"	Manuel Joaquim (?)	7	Progressiva	"
Ruivães	"	José Carvalho	6	"	"
Ruivães	"	Bernardo Carneiro de Freitas	5	"	1838
Ruivães	"	Manuel José Alves	8	"	"
Ruivães	"	João Afonso	3	Decadente	"
Pedome	Tecidos de algodão	Francisco de Freitas Guimarães	5	"	1842
Pedome	Trabalhos de folha	Francisco José Alves Salazar	10	"	1844
Landim	Tecidos de seda	António Dias Pereira	5	"	"
Landim	"	José Evangelista do Sacramento	3	"	"
Landim	"	Manuel do Livramento	2	"	"
Landim	"	Luís dos Santos	2	"	"
Landim	"	Manuel Baptista	1	"	"
Landim	"	Joaquim Eusébio	1	"	"
Seide	Ferreiro	José Joaquim Pereira de Carvalho	5	Progressivo	1827
Fradelos	"	José Gomes Ferreira	1	Decadente	1825
Fradelos	"	Joaquim Gonçalves de Oliveira	1	"	"
Carreira	Tecidos de veludo	Azitário Joaquim de Carvalho	3	"	1840
Carreira	"	José Manuel Manso	3	"	1842
Carreira	"	José de Araújo	1	"	1843
Carreira	"	Manuel Alves Pimenta	1	"	1839
Carreira	"	António Nunes	1	"	1845
Joane	"	Domingos da Silva	3	"	"
Joane	"	José António da Silva	1	"	"

Fonte: Arquivo do MOPCI

Sublinhem-se, neste "inquérito" de 1845, as referências à natureza do tecido, ligado ainda a sedas e veludos. O veludo é a produção local que melhor evidencia a técnica do tecido misto de seda e algodão. Referenciada exclusivamente ao fabrico de algodão surge apenas a oficina de Francisco de Freitas Guimarães, em Pedome.

Por esta altura, no entanto, o algodão já dominava quase completamente numa zona industrial próxima como era o Porto, ao mesmo tempo que se assistia também por ali perto, em Negrelos (S. Tirso), junto ao rio Ave, aos inícios da instalação daquela que viria a ser, durante mais de um século, a grande fábrica algodoeira da região – a Fábrica de Fiação do rio Vizela, cuja data (1845) se pode considerar como simbólica da penetração da organização empresarial capitalista no vale do Ave⁴. Inicialmente apenas fiação, dotada com equipamentos mecânicos, terá inundado com o seu fio o mercado, fornecendo não só o Porto como os arrabaldes da fábrica para a tecelagem domiciliária.

A lã, a seda e o linho, produções típicas da sociedade tradicional, declinam no seu papel de produtos de base para o vestuário, dando um crescente lugar ao algodão. A seda e o linho rarefazem-se no

⁴ Alves, Jorge Fernandes, e Lacerda, Silvestre – Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela: as origens, *O Tripéiro*, 1996, 1-2, p. 41-46 e 3, p. 84-88.

mercado, passando a surgir como produtos de luxo ou semi-luxo ou como matérias-primas complementares para tecidos mistos. O algodão emerge então como um sinal de modernidade nos padrões de consumo e na actividade industrial, por razões facilmente explicáveis na sua comparação com o linho, como mostrou Jordi Nadal: mais barato; baixa densidade e por isso mais rentável em tecido; fibras homogêneas; trabalho imediato após a recolha das ramas com operações simples (fiação, tecelagem), sem as complicações que, por exemplo, o linho exige; as máquinas adequadas ao seu fabrico eram simples e baratas; exigia menos mão-de-obra e o seu fabrico fazia-se em condições mais higiénicas⁵.

Não será por acaso que no "inquérito" de 1852, que só considera as unidades com 10 ou mais operários, há referência apenas a duas "fábricas" onde impera o algodão, que se tornam assim a imagem "industrial" do concelho de Vila Nova de Famalicão da altura:

- Em Pedome, a *fábrica de algodão e linho*, de Francisco de Freitas Guimarães (já referenciado em 1845, como trabalhando só algodão), que ocupava 8 homens (apenas 1 sabendo ler e escrever), 3 mulheres e 7 menores de 16 anos;
- Em Mogege, a *fábrica do mesmo tipo* de José Luís Ferreira, com 10 homens (dos quais 5 sabiam ler e escrever), 4 mulheres e 3 menores.

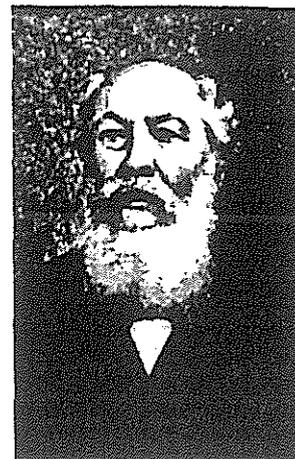
Muito pouco, de facto, embora se tornassem agora invisíveis no inquérito as pequenas oficinas, mas os tecidos mistos, de linho e algodão, fórmula vulgar nesta transição de materiais, são aqui assumidos, a mostrar a crescente invasão algodoeira.

O inquérito industrial de 1881, lacunar em geral, ainda o é mais para o distrito de Braga e o concelho de Vila Nova de Famalicão nem sequer aparece referenciado, por não ter sido visitado pelos inquiridores. Mas é de supor que, à semelhança do que aconteceu nos concelhos vizinhos, se desenvolveu gradual mas muito lentamente o tipo de actividade oficial têxtil, dirigido para um mercado local/regional, que pontualmente poderia chegar às cidades (Porto, Braga). Também pouco ganhamos com a leitura de outros livros ou jornais da altura, que enfeudados aos modelos descritivistas da altura, sublinham a ruralidade da paisagem e não vislumbram a faina artesanal ou fabril que se desenvolve por entre as folhagens das árvores. É o caso do muito citado José Augusto Vieira que, pelos meados da década de 80, passou por Vila Nova de Famalicão, nas deambulações que o conduziram à edição do "Minho Pitoresco". Claramente melhor observador da paisagem natural, da ruralidade e da monumentalidade histórica do que das lides do trabalho industrial, anotou simplesmente o seguinte neste sector:

*"Depois do encanto da paisagem volve o espírito de homem às inquirições do que mais avulta a seus olhos, e neste intuito visita a fábrica de fiação de lã, pertencente ao sr. Barão da Trovisqueira, única manifestação de trabalho que aí pode interessá-lo. Ocupa a fábrica um pessoal de doze operários, e fornece a lã fiada para as fábricas de sapatos de liga, do Porto, e para os particulares da localidade, que exercem a indústria doméstica da tecelagem"*⁶.

Mas nem uma palavra sobre a turbina ali existente e que conferia curiosidade tecnológica ao estabelecimento! E a fábrica foi referenciada provavelmente por ser de quem era, um "brasileiro" nobilitado que o hospedou e lhe serviu de cicerone, fábrica que, atendendo à biografia do Barão da Trovisqueira, teria sido criada por 1883/85, como afirma Vasco Carvalho⁷.

Aurélio Fernando, um autor famalicense actual, foi mais feliz na recolha de informações sobre a fábrica do Barão da Trovisqueira, tendo encontrado o registo da propriedade adquirida em 1873 pelo Barão, a Azenha da Igreja, a montante da Ponte de Riba d'Ave, uma casa térrea coberta de telha, com duas rodas, com horta e mato devidamente murados. Em 1881, segundo anotação complementar, já tinha casa



José Francisco da Cruz Trovisqueira, Barão da Trovisqueira

⁵ Nadal, Jordi – *Moler, Tejer y Fundir*, Barcelona, Ariel, 1992, p.187.

⁶ Vieira, José Augusto – *O Minho Pitoresco*, Tomo II, Lisboa, 1887, p. 98.

⁷ Carvalho, Vasco – *Factos e Normes*, Barcelos, 1960, p. 81.

torre e térrea, com uma fábrica de lanifícios, "cujas máquinas são movidas pelas águas do rio Ave, por meio de uma turbina, para o que se fizeram as respectivas obras no rio Ave, e o amplo edifício apropriado para a dita fábrica e seus pertences, cujo valor venal o sobredito Barão calcula em 16.000\$000 réis, aproximadamente"⁸.

Apesar das informações exíguas, fiar e tecer eram actividades profundamente enraizadas no campesinato da região, muito ligadas a uma intensa actividade linheira, com configurações de proto-industrialização, como a descreve A. L. de Carvalho para o concelho vizinho de Guimarães⁹: uma actividade domiciliária, muitas vezes com fio distribuído pelo negociante, que recuperava o produto final para vender em mercados distantes.

É essa generalização da tecelagem que um observador dos inícios do século XX, através de um pequeno artigo de jornal, fixa magistralmente, na sua função social e doméstica:

A tecelagem essa é mais geral; envolve completamente os dois concelhos (Guimarães e Vila Nova de Famalicão): é parte integrante da educação das jovens e é caso muito natural que, visto que o tear constitui as arras do casamento das filhas, seja aquela o objectivo das mães.

Portanto a produção tende a crescer e um dos seus factores é, como dissemos, o aumento da população. Casa que não tenha um tear ou é de fidalgo ou é casa onde a miséria entrou desapiedadamente¹⁰.

Fernando, Aurélio - *Riba d'Ave em Terras de Entre-Ambas-as-Aves*, II Volume, Riba d'Ave, 1994, p. 22/23.

Carvalho, A. L., *Os Mesteres de Guimarães*, 2º volume, Guimarães, 1941.
Cf. Alves, Jorge Fernandes - *Fiar e Tecer - Uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave*, V.N. de Famalicão, Câmara Municipal/ Museu da Indústria Têxtil, 1999

⁸ *Luctador*, 20.02.1901.

2. A DÉCADA DECISIVA DE 1890

Que o trabalho artesanal têxtil era já importante na produção para o mercado regional, quer em oficinas próprias, quer na sua natureza domiciliária, é o que nos deixa perceber o *inquérito industrial de 1890*. É esta uma fonte histórica da maior relevância, com uma importante informação estatística, que referencia nominalmente as unidades com 8 ou mais operários, e quantifica de forma sintética os diversos tipos de pequena indústria cuja população operária não atinge 8 trabalhadores por unidade. Refira-se, no entanto, que só por quatro vezes surgem números para a coluna de aprendizes, o que parece revelar que este tipo de informação não foi considerado para a grande maioria das respostas, pois é impensável que, por exemplo, as fábricas de algodão funcionassem sem aprendizes! Isto remete-nos sempre para as avaliações relativas e "por baixo" que os inquéritos parecem sempre constituir. De qualquer forma a tendência para o recrutamento de mulheres é já um facto quantificável, surgindo o sexo feminino representado em maior número do que os homens.

No que se refere a Vila Nova de Famalicão só merecem referência nominativa "estabelecimentos, oficinas ou casas de trabalho", na terminologia do inquérito, para o sector do algodão (de fiação e tecelagem, que se deveria expressar antes como fiação e/ou tecelagem, dado saber-se que muitas só praticavam a tecelagem), num total de 26, e ainda duas carpintarias e uma fábrica de lã (a da Baronesa da Trovisqueira).

Prestando atenção em primeiro lugar às unidades algodoeiras, tanto aos fabricantes que, em 1890, merecem referência individual (por apresentarem mais de 8 operários), como aos que são conglomerados na designação genérica de pequena indústria, vemos que as unidades em destaque oscilam em torno de um capital fixo (equipamento, edifício) de apenas 200\$000 réis e um número de operários entre os 8 e os 20. Uma excepção a este quadro é já Narciso Ferreira, de Riba d'Ave, com 400\$000 réis de capital e o número já relativamente elevado de 51 operários, sendo o que ocupava também mais mão-de-obra feminina (35 mulheres). Capital mais elevado só o de José Pereira de Andrade, de Oliveira, que indica 600\$000 réis de capital, mas trabalha só com 20 operários. Narciso Ferreira era também o que apresentava um valor mais alto em consumo de algodão em fio (6 contos de réis em 1889), bem como o que apresentava a maior produção de cotins (90.000 metros).

NOME	FREQUENCIA	CAPITAL FIXO	H	M	TOTAL	PRODUÇÃO
(1000 M)						
José Pereira de Andrade	Oliveira	6005000	7	14	21	40
Domíngos Antunes de Carvalho	Oliveira	1005000	5	8	13	20
António Alves de Sousa	Oliveira	2005000	8	16	24	30
António Joaquim Ribeiro Guimarães	Pedome	2005000	8	9	17	18
Manuel José Alves Salvador Junitor	Pedome	2005000	9	8	17	12
José Maria de Almeida Guimarães	Pedome	1505000	5	8	13	12
Manuel José Alves Salazar	Pedome	2005000	7	10	17	30
João Pereira Fernandes	Pedome	3005000	13	18	31	50
Narciso Correia de Abreu	Pedome	2005000	9	12	21	30
Manuel José Pereira Fernandes	Mogegé	3005000	14	17	31	50
Torquato Ventura Mendes	Mogegé	1005000	6	7	13	20,5
António José Ferreira	Mogegé	1005000	5	8	13	20
Francisco Luis Ferreira Junitor	Mogegé	1005000	5	6	11	15
Francisco Luis Ferreira	Mogegé	2125000	9	12	21	30
Narciso Machado	Mogegé	1505000	6	7	13	18
Francisco Alves Rodrigues	Mogegé	1505000	5	6	11	18
Torquato Luis Ferreira	Mogegé	1005000	5	6	11	15
Vitorino Ferreira	Mogegé	2005000	6	7	13	15
José Pereira Meneses	Mogegé	1005000	4	5	9	12
José Pereira Dinis	Mogegé	1005000	5	4	9	12
Joaquim Luis Ferreira	Mogegé	1005000	3	6	9	20
Bernardo da Silva	Riba de Ave	1505000	7	6	13	18
José Alves de Faria	Riba de Ave	1005000	5	5	10	10
José Joaquim de Castro	Riba de Ave	1505000	5	8	13	18
Narciso Ferreira	Riba de Ave	4005000	16	35	51	90
José Alves Rodrigues	Detães	505000	4	5	9	12
Pequena Indústria	627 unidades	45335000	388	465	853	676,91
Total	653 unidades	93455000	569	710	1279	

Os estabelecimentos identificados deixam perceber que a dinâmica industrializante estava a nas a dar os primeiros sinais em Famalicão, pois em termos de imagem geral o que impressiona é que, ao lado destas 26 oficinas, que ocupariam 426 operários (com as deficiências de informação acima registadas), se encontravam ainda mais 627 unidades de tipo caseiro, que só davam trabalho a 853 operários, das quais só 458 unidades trabalhavam durante todo o ano e algumas, no limite, trabalhavam apenas trinta dias. Ou seja, a transformação do algodão, na sua fase de tecelagem, transbordava para as casas agrícolas que se confundiam com oficinas, animando uma actividade de domicílio, pelo conhecimento do processo de "putting-out", isto é, pelo trabalho a feito fornecido pelos negociantes e fabricantes com maiores disponibilidades de capital. Aqui, todas as contas sobre números de trabalhadores são falíveis, pois o que se conhece sobre estes processos diz-nos que muitas vezes era a família inteira que tecia, ao sabor das necessidades do momento e das sazonalidades agrícolas.

A transformação do algodão, não estando ainda instalada a capacidade industrial que uma década depois já se poderia classificar de elevada, está no entanto a configurar-se como a nebulosa que domina a zona leste do concelho e que se vai prolongar pelo de Guimarães. Para compreendermos esta profítera produção algodoeira, bastaria registar que a forma do tecido oscilava, por 1890, em Famalicão entre os \$120 a \$140 réis, enquanto no Porto, o dia de trabalho era pago entre \$200 e \$300 réis, ou seja, mais

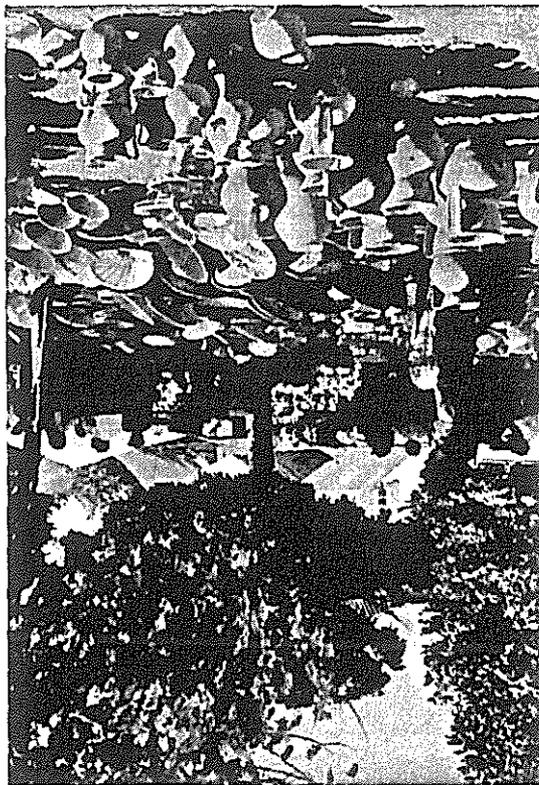
O inquérito de 1890 não esquece, contudo, a tradição artesanal tão típica dos meios rurais, que assegurava as restantes necessidades ao nível da "transformação". Classificadas como "pequena indústria", para lá das informações já referidas, encontramos uma listagem de actividades que vale a

riedade, pois ele só faleceu a 1.11.1898.
empresariais e a política, falhando mais tarde, facto a que não deve ser estranha a transferência da pro-
priário, o Barão da Trovisqueira, que depois do seu retorno do Brasil se dedicou a várias iniciativas
parece, a fábrica estava em inexorável decadência após os problemas de finanças do seu primeiro pro-
Riba d'Ave, que apresentava agora apenas 800\$000 réis de capital, ocupando 8 operários. Ao que
E havia ainda a fição e teceia de la da baronesa da Trovisqueira, sita no lugar da Ponte, em
que dava trabalho a 7 operários.

a de Francisco de Sá, também de Brufe, apenas com 30\$000 de capital fixo e 750 de capital circulante,
operários e dois aprendizes, indicando 600\$000 réis de capital fixo e 1400\$000 de capital circulante;
apenas, como já dissemos, duas carpintarias: a de António José Gonçalves, de Brufe, que ocupava 29
A destacarem-se de uma actividade individual ou muito limitada, para além dos algodoeiros,

para fins energéticos e outras operações técnicas.
potencialidades criadas pelos espaços baratos de instalação e de aproveitamento dos cursos de água
ria: menor consciência de classe e nenhuma integração associativa de carácter operário, além das
ria da Cidade, sobretudo se a esse factor aliamos outros tipos de vantagens para a localização indus-
do dobro, diferença que evidencia a vantagem competitiva que a periferia rural podia oferecer à indus-

A feira da Louça, Vila Nova de Famalhão



àquele fabricante. Facto que impedia a dinâmica da concentração fabril. Só à medida em que alguns destes fabricantes ganharem espaço de manobra junto dos negociantes das cidades (Porto, Braga, Guimarães) é que poderão partir para novas soluções empresariais, como foi o caso, típico no vale do Ave, de Narciso Ferreira, em Riba d'Ave.

As palavras do inquérito adquiriram um tom profético no que respeita à vinda de capitais para redimensionar as fábricas, que começam a chegar à medida que se avança na década. No entanto, por esta altura, ano de 1890, olhando para o Vale do Ave, distribuído pelos distritos do Porto e Braga, vemos apenas como grandes fábricas, com capitais acima da centena de contos de réis e consequentes investimentos na tecnologia: em S. Tirso (Negrelos), a Fábrica de Fiação do Rio Vizela, que absorvia quase toda a actividade algodoeira do concelho, pelo que as unidades têxteis de pequena dimensão (cerca de 30) eram de fiação e tecelagem de lã; em Fafe, a Fábrica do Bogio e a Fábrica do Ferro (C^a de Fiação e Tecidos de Fafe). Depois, grandes fábricas algodoeiras só na cidade do Porto. Mesmo em Guimarães, com uma longa tradição de artesanato industrial, as diversas fábricas existentes, embora algumas delas contabilizassem 100 operários, apresentavam ainda capitais muito reduzidos, lembrando que a Fábrica do Castanheiro, dedicada ao linho, era então a mais considerada do ponto de vista económico e técnico, mas só apresentava 30 contos de réis (18 de capital fixo e 12 de circulante) e 61 operários.

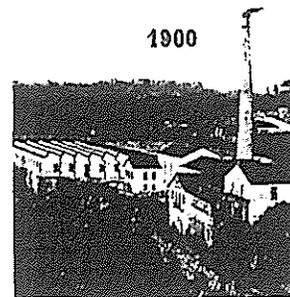
Foi, então, na crise política e económica de 1890 que se começou a gerar um ambiente favorável ao protecção industrial: na agitação anglófoba que então se desencadeia, em reacção às posições humilhantes assumidas pela Inglaterra através do "ultimatum" contra as ambições coloniais de Portugal, as posições livre-cambistas inspiradas pela Inglaterra ao longo do século XIX perdem prestígio, em favor do protecção aduaneiro que unia nacionalistas e industrialistas. As pressões públicas desencadeadas pelas associações industriais vão culminar na instauração da pauta alfandegária de 10.5.1892, assinada pelo então ministro da Fazenda Oliveira Martins. Se a isso associarmos o então chamado ágio do ouro, ou seja, a desvalorização da moeda portuguesa face à britânica, que chega a atingir cerca de 30% face aos valores anteriores à crise de 1890, percebemos a criação de um mercado favorável à indústria nacional, particularmente à indústria algodoeira, para a qual se abrem então as portas do ultramar, visto que na realidade foram aprovadas duas pautas – a metropolitana e a ultramarina.

É então que se vão constituir algumas empresas em Famalicão que acabam por imprimir uma dinâmica industrializante no concelho, integrando-se de uma forma mais activa no território industrial do Vale do Ave. O ano de 1896 corresponde, cronologicamente, ao arranque de algumas empresas que se vão revelar posteriormente de grande dimensão, embora arrastem consigo um passado de oficina anterior a 1890, pois aparecem já no respectivo inquérito que, de resto, se reporta exactamente a informações de finais de 1889. Empresas que vão ter um papel estruturante sobre o tecido local em que se inserem.

Foi o caso da designada "Fábrica do Caído", em Pedome, que surge através de uma sociedade realizada em 1896, que gira sob a firma *Empresa Social de Fiação e Tecidos do Rio Ave*, com um capital de 6 contos de réis, por iniciativa de Manuel José Alves Salazar (que em 1890 surge com um oficina de 17 operários) e cujo percurso se desenrolará de forma algo atribulada, como o revela um estudo recente¹¹.

Sampaio, Ferreira & C^a

E o caso da *Sampaio, Ferreira & C^a*, designada na escritura de constituição como *Fábrica de fiação, tecidos e tinturaria de Riba d'Ave*, por iniciativa de Narciso Ferreira, um tecelão de origem



Fábrica de fiação e Tecidos Sampaio, Ferreira, Riba d'Ave, 1900

¹¹ Pereira, Augusto de Castro - *Uma unidade algodoeira no médio-Ave - A Fábrica do Caído (1890-1990)*, Porto, FLUP, dissertação de mestrado, 1998



Anúncios publicados no jornal "Estrela do Minho", 1936



Narciso Ferreira, fundador da Sampaio, Ferreira & C., em 1896

Projectura do estatuto de sociedade limitada, que se fez no Porto em 24 de Junho de 1896, sob a presidência de Narciso Ferreira, para a criação da Sampaio, Ferreira & C., L.ª. A escritura foi assinada por Narciso Ferreira e por J. Fernandes, o qual se tornou sócio da sociedade em 1896.

Esta é uma sociedade de natureza comercial, com o objecto de fabricar e vender os produtos de algodão e seda, e de fabricar e vender os produtos de lãrinas em seda e algodão, malha, etc. A sociedade tem a sua sede em Vila d'Ave, e a sua fábrica em Bairro (Minho II). A sociedade tem a sua sede em Vila d'Ave, e a sua fábrica em Bairro (Minho II). A sociedade tem a sua sede em Vila d'Ave, e a sua fábrica em Bairro (Minho II).

Escritura da Sampaio Ferreira, 1896

domiciliária, que, por 1888, instalou uma oficina em Riba d'Ave, a partir de uma casa térrea com aqude, sendo, segundo o inquérito de 1890, já o mais importante tecelão, com 50 operários. A prática de vender ele próprio pelas feiras da região e na cidade do Porto leva-o a travar conhecimentos com comerciantes e capitalistas do Porto que lhe disponibilizam capital sob a forma de sociedade (escritura de 24.6.1896), para a qual entra com apenas 20% (traduzido nos terrenos, edifícios e equipamentos da sua oficina mais 2500\$000 réis em dinheiro), encarregando-se da sua direcção técnica, pois a sede e a direcção comercial ficavam no Porto, sob a direcção de outro sócio, o eng^o Ortigão Sampaio¹⁴.

Fixemo-nos nesta última que, quanto a nós, constitui um marco na industrialização do vale do Ave, por várias razões. A Sampaio, Ferreira & C^a foi, na verdade, a primeira grande unidade industrial do concelho de Vila Nova de Famalicão (iniciada apenas com 200 teares, em 1910 já tinha 846 trabalhadores), projectada como "completa", isto é, dotada de sentido verticalizante (fiação, tecelagem, tinturaria), que inicia o pólo industrial de Riba d'Ave. Daqui nascem outras empresas, criando-se um verdadeiro grupo empresarial de base familiar: em 1905 abre a Empresa Têxtil Eléctrica, em Bairro, idealizada para trabalhador a energia hidroeléctrica produzida na própria fábrica através da acoplagem de um gerador a uma roda hidráulica, iniciando-se com um gerador de 500 volts e 8 teares, para aproveitar os desperdícios de algodão da casa-mãe; em 1909, surge a Oliveira, Ferreira & C^a, em Riba d'Ave, e depois, através da descendência, há uma série de fábricas têxteis que se criam em zonas diversas do Norte do País. Depois da experiência eléctrica de Bairro, Narciso Ferreira parte para a electrificação da Sampaio, Ferreira & C^a, a partir da energia produzida na central hidroeléctrica de Amieiro Galego que começa a funcionar em 1909. E aposta na electricidade vai continuar com a aquisição da Hidroeléctrica do Varosa, em Lamego, cuja energia vende na região e traz para o Ave, construindo uma central térmica de apoio em Caniços. A Sampaio, Ferreira & C^a tornou-se num símbolo do pólo de Riba d'Ave e vizinhanças, sucessivamente ampliada, gerida com mão-de-ferro, não faltando as polémicas com as associações operárias, nem o apoio paternalista aos operários através de uma importante obra social (hospital, creche, escolas, bairro). Neste aspecto, foi também uma fábrica-escola, empregando sucessivas gerações de operários locais, dali saindo trabalhadores mais especializados para assumirem lugares de direcção nas outras fábricas do grupo. Mas tornou-se ainda o símbolo da realização dos sonhos do pequeno tecelão domiciliário, que, orfão de pai, parte para a tecelagem e comércio de tecido por conta própria, ascendendo por sucessivas etapas ao estatuto de grande industrial de nível nacional, como o foi Narciso Ferreira.

¹⁴ Alves, Jorge Fernandes – No centenário da Sampaio, Ferreira & C^a – A Obra Industrial de Narciso Ferreira. Museu da Indústria Têxtil. Boletim Informativo, 8-g, Julho de 1997, p. 2-11.

A Boa Reguladora

Mas se concedermos importância às empresas com mais e imediata visibilidade, é com alguma surpresa que na importante Exposição Industrial Portuguesa, realizada no Palácio de Cristal, no Porto, em 1897, a única empresa representante de Vila Nova de Famalicão nada tinha a ver com os algodões. Tratava-se da firma Carvalho, Irmão & C^a, detentora da Fábrica de relógios "A Boa Reguladora", que ali apresentava uma colecção de relógios de mesa e de parede, além de diverso material em diversos fases de fabrico. Era uma empresa única na península, que se tornou quase um emblema de Famalicão em todo o mercado nacional pelas características de organização em torno de "trabalhos de precisão" e do tipo de produtos, de longa duração e para exposição nos ambientes mais dignos da casa – o relógio de mesa ou de parede. Nesta medida exige também alguma atenção, até porque desempenha um papel empregador e de inovação tecnológica importante no meio local.

A *Boa Reguladora* resultou de uma sociedade de "capital e indústria" formalmente constituída em 14.02.1892, por escritura registada no cartório notarial de Vila Nova de Famalicão, entre João José de São Paulo, negociante e natural do Porto, e José Gomes da Costa Carvalho, proprietário e natural de Mouquim, com capital ilimitado e em partes iguais, isto é, cresceria à medida das necessidades, recorrendo se necessário a um terceiro sócio se qualquer um deles não tivesse possibilidade de enfrentar aumentos de capital. Destinada ao comércio de relógios ou de objectos relacionados com relojoaria e particularmente ao seu fabrico, a oficina incorporava o trabalho dos dois sócios como empregados, retirando São Paulo, o verdadeiro relojoeiro, 1000 réis diários e José Carvalho 700 réis. Como os próprios fabricantes explicavam no Catálogo da Exposição Industrial de 1897, a iniciativa pioneira de fabricar relógios em Portugal devera-se ao antigo sócio João José de São Paulo. A oficina-fábrica foi estabelecida na rua Gomes Freire (depois rua Faria Guimarães), no Porto, no ano de 1893, na sequência da obtenção de privilégio de patente obtido por alvará de 18.5.1893. A patente (n^o 1793) registava aperfeiçoamentos nos relógios de sistema americano ou alemão, com adaptação de serra em vez de roda contadeira, o que permitia acertar os relógios através dos ponteiros, segundo o modelo americano da "Ansonia Clock Cny". Tinha uma duração de privilégio de exclusividade de 6 anos, terminando a 17.5.1899, o que lhe permitiu ganhar fôlego face a eventuais concorrentes. Este facto merece relevância porque se enquadra nas muito discutidas políticas proteccionistas de 1892 e 1893, que não se restringiram às pautas alfandegárias, mas se estenderam a outras áreas. Logo no ano seguinte ao da concessão, a firma apresentara-se na exposição agrícola e industrial de Vila Nova de Gaia, onde foi premiada com medalha de ouro.

Adoecendo o sócio João São Paulo (morreria pouco depois de doença pulmonar que o levava várias vezes à Suíça, onde teria congeminado a ideia de fabrico próprio de relógios), a 11.07.1895 a sociedade foi reconstituída. São Paulo, já representado por um procurador, cedia a sua quota a José Carvalho, sob a condição de este pagar as dívidas daquele, orçadas em 2100\$000 réis a diversos credores. José Carvalho associa, então, o seu irmão Lino de Carvalho, dado na escritura como relojoeiro, e o principal credor de João São Paulo, Joaquim Martins de Oliveira Rocha. O capital da firma era avaliado em 4700\$000 réis (todo já aplicado em mecanismos e materiais, porque não havia bens de raiz), ficando José Carvalho com dois contos, Oliveira Rocha com 1650\$000 (verba da dívida de São Paulo), e Lino de Carvalho com 1050\$000. A firma assume então a designação Carvalho, Irmão & C^a, ficando os dois irmãos como sócios de capital e de indústria (a vencerem apenas \$500 réis por dia, que poderia depois ser elevado a 1\$000, conforme os balanços) e Oliveira Rocha apenas como sócio capitalista, prevenendo-se desde logo a possibilidade de transferência da fábrica para outra localidade. Não havendo bens imóveis, a fábrica foi logo transferida para Vila Nova de Famalicão, para um "edifício de construção

ligeira, mas amplo e em condições de se poder dar ao fabrico o desenvolvimento que a pronta extracção dos seus produtos exige", revelando um mercado nacional para estes produtos, a acompanhar os novos ritmos que pautavam o quotidiano, impostos pelo trabalho industrial e a febre das comunicações. Lino de Carvalho, que tinha uma relojoaria comercial e oficina na rua de Santo António, em Vila Nova de Famalicão, deixou esta actividade, através de passagem comercial, e foi implantar e dirigir a fábrica com seu irmão, ficando as instalações junto à linha férrea, em Calendário.

Em 1897, nas suas instalações famalicenses, a fábrica já possuía 34 máquinas de diverso tipo, na sua maioria movidas a vapor, ocupando 36 operários, e produzindo uma média mensal de 160 relógios para mesa e parede, com potencialidades para crescer¹³.

Em 1901, Oliveira Rocha é finalmente reembolsado da sua quota, obtida apenas como garantia da dívida contraída por João São Paulo, reorganizando-se de novo o pacto social (2.8.1901), agora incluindo apenas os dois irmãos. Sob a firma J. Carvalho & Irmão, a unidade fabril "para exploração de relógios, serragem e molinhagem" representava já um capital de 13364\$480 réis, dos quais pertenciam ao José 8908\$640 e 4455\$840 ao Lino, incluindo já maquinismos, materiais e prédio.

E a sua actividade alargava-se, provavelmente como forma de explorar actividades conexas, dadas as potencialidades energéticas de que dispunha. Nos inícios do século, A Boa Reguladora, de J. Carvalho & Irmão, já anunciava não só como fábrica de relógios, mas também como carpintaria mecânica, serração e moagem.

A Boa Reguladora é, assim, o resultado de um entusiasmo pessoal – João São Paulo, relojoeiro de profissão, que ambiciona o fabrico próprio de relógios, para o que estabelece relação com um serralheiro conceituado – José Carvalho. Essa relação desenvolve-se através da rede comercial de relojoeiros do Porto, como nos mostra Miguel Dias Costa¹⁴, – ficando a relojoaria Andrade Mello, no Porto (rua Mouzinho da Silveira), como agente distribuidor dos produtos da fábrica. A ligação ferroviária foi aqui um elemento decisivo da fixação industrial, permitindo que a fábrica explorasse factores de produção mais baratos (custos de instalação, mão-de-obra e menor carga fiscal) em Vila Nova de Famalicão, facilitando o acesso ao mercado de distribuição. Este factor de fixação teve a sua conjuntura propícia no clima proteccionista implementado em 1892, não só pelos efeitos aduaneiros, como principalmente pela concessão do privilégio de patente de novas indústrias (Dec. 30.09.1892).

¹³ *Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1897 no Palacio de Crystal*, Portuense, Lisboa, 1900, p.226-227.

¹⁴ Costa, Miguel Dias – *Reguladora, 1892-1992, 100 anos, Vila Nova de Famalicão, 1992*, cujas informações seguimos de perto.

3. TRANSPORTES E ENERGIA

Se o saber-fazer da tecelagem estava historicamente disseminado pela região, na sua versão manual, a organização fabril do território só poderia acontecer com a criação de infra-estruturas de comunicação e de fornecimento de energia, que assegurassem a mobilidade dos produtos e permitissem a mecanização. São aspectos sobre os quais importa prestar um pouco de atenção nesta breve panorâmica sobre a indústria em Famalicão, tanto mais que, no caso dos transportes, foram determinantes para a atracção de algumas actividades (como o caso da *Boa Reguladora*, como acabamos de ver) ou para o êxito de outras, como foi o caso das máquinas agrícolas e industriais.

As vias de comunicação

No quadro dos melhoramentos materiais iniciados pelo governo de Costa Cabral, começou a construir-se, em 1845, a estrada Porto-Braga, se bem que só venha a terminar na década de 1850, atraso a que não foram estranhas as vicissitudes tumultuosas da Maria da Fonte e Patuleia. Essa estrada vai atravessar Vila Nova de Famalicão, assumindo aí o papel de artéria central, denominada de rua Formosa, à volta da qual se começam a erguer gradualmente habitações modernas, muitas das quais construídas com capitais da emigração para o Brasil. Esta "estrada real" tornou-se axial na rede circulatória em Famalicão durante muito tempo, com transportes regulares assegurados pelas diligências da Companhia de Viação do Minho, dela irradiando mais tarde as ligações a Barcelos e Guimarães, a ela afluindo pobres estradas locais ou "caminhos", sempre em estado "deplorável" como revela a correspondência municipal que se via em dificuldades para os pequenos consertos, procurando que tais estradas não fossem apenas da responsabilidade municipal¹⁶.

Só em 1875 se inaugurou a linha ferroviária do Minho (na variante Porto-Braga), que, com estação em Famalicão, introduz uma nova centralidade, à sua volta surgirão fábricas e novas residências. Linha que demorou a construir-se, pois, decidida através da Carta de lei de 2.7.1867, só em 1872 (dec. de 15 de Junho) se aprovou o plano para executar o trabalho, embora depois a construção avançasse a ritmo bastante aceitável. Numa outra orientação, chegava, em 12.6.1881, a Vila Nova de Famalicão a linha da Póvoa, um prolongamento da linha Porto (Trindade)-Póvoa de Varzim que tinha sido inaugurada em 1875.

Durante décadas sonhou-se com a ligação, por americano (ou seja, transporte sobre carris puxados a cavalo, que evoluíram para tracção a vapor ou a electricidade), entre Famalicão e Guimarães, como forma de garantir "viação acelerada" às populações industriais confinantes de uma estrada então percorrida por diligências e carros de bois. Atente-se na esperança de uma notícia local a este respeito, datada de 1901:

Caminho de Ferro Americano de Guimarães a Vila Nova de Famalicão

A ideia deste caminho de ferro nasceu da grande necessidade que os povos dos concelhos de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão têm de uma viação acelerada. Não resultou dum cálculo

¹⁶ Arquivo da C-M, de V. N. de Famalicão. Livro de correspondência expedida, 18.7.1894.

financeiro ou meramente especulativo, como se diz em linguagem vulgar, mas sim da urgência evidente de fácil correspondência entre Guimarães e Vila Nova de Famalicão e as freguesias confinantes da estrada nº 31.

Esta linha americana é daquelas que se impõem naturalmente, e de tal modo que prescindiria de um estudo profundo.

Pouca gente conhece a importância industrial e agrícola desta região.

Os industriais e exportadores de tecidos e de outros artefactos que, pelas suas transacções, tem sido forçados a recorrer ali para se abastecer e, por isso, a percorrer aquela região frequentes vezes são quem melhor afirmará connosco a real importância, tão positiva que se não imagina facilmente.

Ali tudo é industrial, de carácter genérico, próprio da região. Esta tendência que se nota em toda ela é uma tendência velha, histórica; e o crescimento da produção depende de novas fábricas duma laboração metódica, do emprego de mecanismos modernos e, sobretudo, do aumento da população.

Parecerá absurda e irrisória esta última parte, mas não é. Se estudarmos os caracteres etnográficos daquela gente, se se souber que a melhor prenda do enxoval da noiva é um tear, em muitos casos obrigatória; se se perceber em todas as casinhas, mesmo no alcantilado da serra, o som denunciador do vai-vem da lançadeira, não haverá dúvida em a admitir e principalmente quando souber que nas duas faixas que orlam aquela estrada há perto de 6000 teares¹⁶.

A concessão do leito das estradas públicas para o estabelecimento de linhas férreas com tracção eléctrica noutros locais animava esse ambição, para a qual se moveram muitas vontades, sem efeito. Nos anos 20 sonhou-se com a ligação entre Famalicão e Santo Tirso, pelas Caldas da Saúde, através de uma linha eléctrica que Albino de Sousa Cruz, importante emigrante tirsense no Brasil, prometia instalar, submetendo essa iniciativa a uma concessão de aproveitamento hidroeléctrico para a produção da respectiva energia, concessão que nunca chegou a concretizar-se. A concessão foi atribuída em 1923 à Empresa das Caldas da Saúde.

A questão das ligações vai ser equacionada de outra forma, mais mais tarde. Em 1927, foi aprovado o decreto 15829 que permitiu fazer uma ligação directa entre a Senhora da Hora e a Trofa, em ligação directa com a linha de Guimarães, através da inserção da via estreita entre os carris da via larga, no troço Trofa-Lousado. Esta ligação produziu ainda uma maior abandono da linha Póvoa-Famalicão, também na posse da Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal, resultante da fusão, em 1927, da Companhia dos Caminhos de Ferro de Guimarães com a da Companhia do Porto-Póvoa-Famalicão, fusão que era condição necessária à implementação da via dupla. A linha Póvoa-Famalicão estava então decadente, com um tráfego muito reduzido, pedindo os famalicenses o seu prolongamento por Ronfe, para atingir Guimarães, como forma de estabelecer a ligação entre os dois pólos têxteis e assegurar o fluxo de produtos e pessoas das localidades confinantes. Incapaz de satisfazer as ligações convenientes, a linha da Póvoa-Famalicão ficou então limitada a um tráfego residual, dada a concorrência emergente das camionetas de carga e de passageiros que prestavam melhor e mais rápido serviço.

Depois de longas e desesperadas campanhas na imprensa local, a solução da linha ferroviária que devia estabelecer uma via de penetração no vale do Ave resultou da ligação Famalicão-Lousado (7 Kms) em via estreita, assente na via larga já existente, ligando desta forma Póvoa-Famalicão-Guimarães e depois Fafe. Para essa solução contribuiu decisivamente a nova fusão das várias companhias ferroviárias na CP, em 1947, que permitiu integrar patrimónios e desenvolver uma política mais harmoniosa de conjugação de transportes. Neste contexto implementaram-se obras importantes de adaptação

¹⁶ Luctador, 20.02.1901.

no apeadeiro de Lousado, então elevado a estação, bem como obras nas estações de Famalicão, além da renovação da linha Póvoa-Famalicão, na altura profundamente deteriorada por anos sucessivos de desinvestimento, tendo os primeiros combóios nesse circuito arrancado em Maio de 1948⁷⁷.

Com estas ligações, Vila Nova de Famalicão adensou a sua vocação tradicional de cruzamento de comunicações, transformando-se num dos mais importantes nós de comunicações ferroviárias e rodoviárias do Norte de Portugal. Sublinhe-se, no campo da memória patrimonial, o importante Museu da CP em Lousado.

Electricidade

A energia hidráulica foi um dos factores de atracção industrial para o vale do Ave, na medida em que o reaproveitamento de velhos açudes de azenhas ou a construção de novos permitia mecanizar a produção.

Por 1900 era a luz de acetileno que marcava ainda a iluminação. Os gasogéneos económicos inventados/adaptados pelo famalicense António Lopes da Fonseca tinham procura crescente para estabelecimentos comerciais, industriais ou lares.

Em 1905, Narciso Ferreira instala a Empresa Têxtil Eléctrica, a primeira fábrica nacional com trabalho electrificado, com energia produzida através de uma central hidráulica acoplada a um gerador eléctrico. Recorde-se que desde 1909 ficou autorizada a exploração pública da iluminação eléctrica de Aldeia Galega, em Bairro, por parte da Sampaio, Ferreira & C^a. Eram as fábricas, em particular as têxteis, que introduzindo a nova energia para efeito motriz e para ampliação dos horários por turnos, acabam por trazer às aldeias a luz do progresso, embora numa dimensão paroquial que, contudo, suscitará a emulação e a consciência do desenvolvimento tecnológico. Ao longo do Vale do Ave, outras fábricas vão comercializar o seu excedente de energia eléctrica, produzida por diversos modos, em iluminações locais, antes da criação das redes.

Em Junho de 1907 vislumbra-se a possibilidade de estabelecimento da luz eléctrica na vila de Famalicão, a fornecer pela fábrica de Riba d'Ave, mas em 16 de Outubro desse ano a fábrica de relógios A Boa Reguladora, de José Carvalho & Irmão, conseguiu junto da municipalidade a concessão da iluminação pública para a Vila, num raio de 2 Km, vindo o contrato a ser ractificado a 3 de Abril de 1908, depois da autorização governamental. O prazo da concessão era de 30 anos, findos os quais a rede estabelecida passava para a posse do município. Na sua instalação começou por colaborar a firma do Eng^o Xavier Esteves, do Porto, importaram-se aparelhos da Alemanha (a Siemens dominava desde o início o mercado de material eléctrico), embora a inauguração da luz fosse sendo protelada, apesar de várias experiências positivas, vindo a ter lugar apenas em (6^a feira antes de 13) de Maio de 1909. Depois da iluminação pública avançou-se vagarosamente para a particular, mas as queixas sobre as horas tardias de acendimento da luz eram muitas, argumentando os fornecedores que os cabos de transporte da energia para efeitos públicos e privados eram os mesmos, só que em casa anoitecia mais cedo e os moradores viam-se obrigados a ter dois tipos de iluminação ou esperar às escuras.

Em 1913, ilumina-se a electricidade a gare ferroviária. Por essa altura, ganhou relevo à contestação à lei de 30.11.1912, que criava um imposto sobre os consumidores de energia eléctrica para fazer face aos serviços de fiscalização das instalações nas casas particulares. Pelos anos 20, cresciam as queixas sobre a falta de qualidade da iluminação oferecida: falhava de madrugada e interrompia-se frequentes vezes ("constantes e seguidas interrupções"), por isso se questionavam os contratos de concessão, as propostas de aumentos de preços que os concessionários pretendiam como elemento rectificador

⁷⁷ Cf. *Estrela do Minho*, vários anos, e particularmente a campanha de José Casimiro da Silva a favor das melhorias no caminho de ferro.

da inflação galopante provocada particularmente durante a Grande Guerra, acusava-se a Câmara de "estar de cócoras" perante aqueles¹⁸. Numa decisão súbita da Comissão Administrativa municipal, a pretexto da necessidade de substituição do sistema e características da rede (com base no dec. 14.829 de 5.1.1928 sobre alterações às condições de exploração), através de escritura realizada em 21.08.1933 foi estabelecida uma prorrogação por mais cinco anos da concessão, diferindo-se o seu termo, susceptível de novas prorrogações. O novo contrato era mais oneroso, pois no termo da concessão, se, com aviso de um ano de antecedência, a Câmara quisesse tomar posse da rede instalada, deveria pagá-la segundo uma avaliação a efectuar por peritos, quando antes lhe pertencia a partir de 1937 pelo clausulado do primeiro contrato¹⁹. Pela mesma altura anunciava-se a inserção na rede da energia da Hidroeléctrica do Varosa, embora continuasse a funcionar a central a gás-pobre da concessionária, com capacidades limitadas de produção, incapaz de responder quer aos consumidores domésticos, quer às unidades industriais. Por isso continuava a insatisfação, dado que nada se estabelecera sobre a obrigatoriedade de instalação de novas linhas e o sistema instalado não satisfazia; estava descontente o público porque queria luz sem oscilações de voltagem, ou porque a rede não chegava a locais previstos na concessão mas com poucos consumidores; estava descontente a Câmara porque o serviço prestado não era bom e a iluminação pública era um encargo pesado, quando várias outras tinham transformado as concessões em fontes de rendimento municipal; estavam descontentes os concessionários, porque viam o custo dos óleos aumentarem, elevarem-se os custos de reequipamento e a ameaça da não prorrogação da concessão, o que originava resistências ao investimento. Mas a concessão da iluminação na sede do concelho esteve nas mãos da Boa Reguladora até à década de 1950, quando a trespassou para a firma A Eléctrica, uma empresa da família.

Assim, nos inícios dos anos 30, a produção e comercialização da energia eléctrica em Famalicão era ténue, irregular, e a sua distribuição a nível concelhio era realizada por inúmeras redes locais, que aproveitavam licenças para orientar antigos açudes para a produção de energia, ou fábricas com produção termoeléctrica que comercializavam excedentes de energia.

Germinava entretanto a rede hidroeléctrica de uma forma mais estruturada: a Companhia Hidroeléctrica do Varosa, fundada em 1907 na margem esquerda do Douro, foi em 1920, adquirida por uma sociedade que tinha um grande peso do grupo familiar de Narciso Ferreira, de Riba d'Ave, sendo modernizados os equipamentos e construída uma nova central - a Central do Chocalho, em 1925, sendo construída em 1928 uma central térmica de apoio em Caniços, no concelho de V. N. de Famalicão, passando esta rede a fornecer energia para mais de duas dezenas de concelhos nortenhos. Era uma central a carvão, cujo grupo gerador estava equipado com três turbo-alternadores, instalados em 1928, 1931 e 1935, para uma potência total de 15500 KVA. Do grupo de Riba d'Ave, pelas mãos de Delfim Ferreira, que já tinha sido a alma da renovação da C^a do Varosa, sai ainda a iniciativa para Companhia Hidroeléctrica de Portugal, para aproveitamento das águas do Ave, na barragem do Ermal, a primeira grande barragem executada no País, empresa iniciada em 1918, mas que só em 1932 entrou em laboração, através da central de Guilhofrei, a que se seguem outras no mesmo rio Ave, embora exteriores a Famalicão. Deste grupo (Varosa e CHP) sai mais tarde, por fusão, a CHENOP, participando Delfim Ferreira, nos anos 50, na Hidroeléctrica do Douro. Este papel de capitais famalicenses na electrificação deve ser sublinhado, pois na altura, apresentava uma fraca intensidade de retorno: como se recordava na Exposição do Mundo Português de 1940, o capital de uma indústria vulgar movimentava-se por duas ou três vezes num ano, ao passo que na electrificação as vendas de um ano não ultrapassavam cerca de um quinto do capital investido²⁰. Em 1934, a Companhia Hidro-Eléctrica do Varosa, com sede em Riba d'Ave é autorizada a explorar novos ramais na linha Caniços-Famalicão, ligando o posto n^o 21 ao posto de transformação da FFT da Carreira.

¹⁸ "Luz Eléctrica", *Estrela do Minho*, de 7.10.1923; "Luz eléctrica", *O Minhoto*, de 19.08.1925

¹⁹ "Luz Eléctrica", *Estrela do Minho*, 5.12.19 e 26.9.1943.

²⁰ "A Participação das principais empresas produtoras e distribuidoras da energia eléctrica na Exposição Histórica do Mundo Português" *Indústria Portuguesa*, n^o 151, 1940, p.9-25

Em Agosto de 1925 festejava-se a chegada da electricidade a Vermoim, por concessão a Horácio de Azevedo.

Em 1930 criava-se a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este, com sede em Louro, dirigida inicialmente por Augusto Machado para distribuição local de energia eléctrica, com corrente adquirida à União Eléctrica Portuguesa. Esta cooperativa acabou por desempenhar um papel notável na electrificação de um conjunto de freguesias dos concelhos de Vila Nova de Famalicão e de Barcelos no Vale do rio Este: Louro, Nine, Viatodos, Mouquim, Gondifelos, acção gradualmente alargada ao espaço limítrofe que incluía nos inícios da década de setenta nada menos que 14 freguesias, com tudo o que isso implicava de instalação e manutenção de rede e de postos transformadores. A distribuição dos consumos para usos industriais, revela uma importância decisiva na instalação local de fundições, de indústrias de alimentação, de recauchutagens, de fábricas de vestuário e de acessórios afins, de madeira e de mobília, de papel, de estações de elevação de águas, numa acção cooperativa que ainda permanece, tendo resistido à onda nacionalizadora¹¹.

No final da década de 40, a distribuição eléctrica continuava em mãos muito dispersas: a Fábrica Têxtil de Landim assegurava a distribuição local, em Lousado essa função cabia a José Faria Cancela, em Requião ao Dr. Joaquim Alves, e o quadro multiplicava-se. Muitos distribuidores tiveram mesmo uma função efémera. A situação distribuidora de electricidade no concelho de Vila Nova de Famalicão apresenta o seguinte quadro de dispersão no alvorecer da década de 60, segundo as *Estatísticas de Instalações Eléctricas*:

Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este — distribuía em Arnoso, Cavalões, Gondifelos, Jesufrei, Lemenhe, Antas, Louro, Mouquim, Nine, Outiz, com energia fornecida pela UEP;

A Iluminadora Moderna, Lda, em Cabeçudos, Esmeriz (CHENOP);

Empresa Fabril do Minho, em Mogege (UEP);

Francisco Inácio da Cunha Guimarães & Filhos — em Pedome (CHENOP);

Iluminadora Eléctrica de Requião, em Requião, fornecida pela UEP;

Juntas de Freguesia em Riba d'Ave, Delães, Oliveira (CHENOP);

Avelino da Costa e Silva, em Pousada de Saramagos (CHENOP);

A Eléctrica do Telhado, em Telhado (CHENOP);

Joaquim Ferreira de Carvalho, em Vermoim (CHENOP e UEP);

Artur Gomes & Filhos, em Joane (UEP);

Fábrica Têxtil de Landim, em Landim (UEP);

CHENOP, em Bairro, Carreira;

Cooperativa Eléctrica de S. Simão de Novais, em Carreira, Bente, Landim, Novais, Ruivães e Seide (CHENOP);

Marinho Correia de Azevedo & C^a, em Castelões;

Comissão Instaladora de Electricidade, em Vale (UEP);

Comissão Consumidora de Energia Eléctrica, em Vermoim (UEP);

J. Carvalho & Irmão (A Boa Reguladora), depois substituída por A Eléctrica, em Vila Nova de Famalicão, Antas, Brufe, Calendário, Cruz, Fradelos, Gavião, Lagoa, Lousado, Ribeirão, Vale e Vilarinho (produção própria, depois CHENOP).

A expressão "pequena distribuição" aplicava-se aqui com plena propriedade, pois só as duas distribuidoras de alta tensão davam o tom da estabilidade. Com efeito, apesar da complexidade das pequenas barragens a "fio de água" do rio Ave, o elemento central da produção e distribuição de energia eléctrica no Norte de Portugal era a associação Central do Lindoso / União Eléctrica Portuguesa, a que se veio juntar mais tarde a CHENOP.

¹¹ Alves, Jorge Fernandes — Cooperativismo e electrificação rural. *Boletim Cultural - Câmara Municipal de V. N. de Famalicão*, 17 (2000), p. 11-82

As duas maiores companhias de produção de electricidade estavam profundamente ligadas ao concelho de Vila Nova de Famalicão: a União Eléctrica Portuguesa (UEP), com subestação em Ruivães, que derivava duma sociedade criada em 1919 entre a Electra del Lima e o Banco Pinto & Sottomayor para dar consumo à energia do Lindoso, particularmente no Porto (mas depois alargada a vários concelhos do Norte e a sul do Douro, até Pombal), onde também construiu a central térmica do Freixo; e a Companhia Hidro Eléctrica do Norte de Portugal (CHENOP), que derivava da Hidroeléctrica do Varosa e estava ligada à família Ferreira, de Riba d'Ave. Ambas tinham centrais no concelho, atravessavam com a sua rede o território famalicense e forneciam alguns daqueles distribuidores.

Esta disponibilização tardia (e portanto limitadora da expansão industrial) da electricidade em Famalicão era, naturalmente, um reflexo das políticas nacionais do sector. Embora a primeira legislação de fundo no domínio da electricidade date de 1912, e em 1919 surja a chamada *Lei das Águas*, ou ainda em 1926 a *Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos*, entre outras medidas²¹, só em 1935 apareceu a *Junta de Electrificação Nacional*, com objectivos de desenvolver e disciplinar a produção e comercialização desta energia, o que aconteceu muito lentamente, com a construção de novos centros produtores e a ampliação de alguns já existentes, numa altura em que a produção hídrica correspondia apenas a 35% do total e a térmica a 65%. Pela lei 2002 de 26.12.1944, traçou-se finalmente um plano de electrificação nacional, que toma a opção hidroeléctrica, devendo a termoeléctrica assumir apenas uma função de apoio e reserva. Plano que se iniciou com a criação de duas sociedades para os aproveitamentos dos rios Cávado-Rabagão, no Norte, e Zêzere, no sul, com o objectivo de produzir electricidade "em quantidade e a preços razoáveis e diferentes consoante o grau de utilidade social dos respectivos consumos", a fim de ser possível estabelecer novas indústrias, permitir a rentabilidade económica das que já existiam e, assim, diminuir as importações e colocar os excedentes de população, segundo uma nota oficiosa de 22.7.1945 que definia a política do Ministério da Economia nesta área. Era a ultrapassagem no seio governamental dos ruralistas pelos industrialistas, com repercussões gerais sobre o fomento industrial. Mas os anos de 1948, 1949 e 1950 foram ainda extremamente penosos, com restrições no fornecimento, devido às estiagens e incapacidade de substituição pelas centrais térmicas. Em 1948 a designada "Comissão de Interligação das Centrais do Norte" anunciava uma série de restrições ao consumo de energia eléctrica, que consistiam na redução de 50% da iluminação pública, proibição de iluminação de reclames luminosos e montras, laboração das moagens apenas das 21 às 7 horas do dia imediato, devendo a restante indústria iniciar a laboração às 7 horas. Só nos anos 50, foi assegurada a regularização do fornecimento aos grandes centros urbanos e industriais, graças a uma acção mais concertada de construção das barragens no Cávado-Rabagão, no Zêzere, e depois no Douro e noutras bacias hidrográficas de menor relevo. Estas dificuldades de abastecimento em permanência e com a potência necessária foi um obstáculo ao desenvolvimento em geral, mas particularmente para as indústrias das zonas rurais, onde, pelos níveis de baixo consumo, as empresas eléctricas não se apressavam a instalar a rede e a potenciá-la como o faziam nos grandes centros urbanos e industriais.

Telefones

As ligações telefónicas directas com Porto e Braga só são definidas em 1925, depois de uma campanha que durou cerca de dez anos, e inauguradas oficialmente a 23.8.1927, quando se inaugurou também a nova estação telegráfico-postal (ultrapassando as instalações precárias que datavam do século passado). Para a instalação de linhas directas, Vila Nova de Famalicão teve de contar com a passagem do famalicense Nuno Simões pela pasta do comércio²². Só gradualmente, ao longo da década de 1930, se alargou a rede às terras vizinhas e outras freguesias do concelho.

²¹ Cf. Vasconcelos, Júdice de - Subsídios para a história do regime legal da electricidade. *Indústria Portuguesa*, n.º 255-256, 1947, p.389-391

²² "Telefones", *O Minhoto* de 9.9.1925

4. CRESCIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL

Aos poucos, as unidades industriais vão crescendo no concelho de Vila Nova de Famalicão, mas a capacidade energética evoluía lentamente pelas razões atrás apontadas. Como se pode comprovar pelas informações do *Boletim de Trabalho Industrial*, em 1910, só 17 empresas tinham geração própria instalada, o que era muito pouco uma vez que não havia rede externa capaz de fornecer energia para consumo. E só nas fiações, particularmente nas unidades de Riba d'Ave, ganhava significado a quantificação da produção de energia, embora já se verificasse uma relativa diversidade de recursos produtivos, com os motores de explosão a fazerem a sua entrada em cena.

1910 - ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS INSCRITOS NO CADASTRO DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DA INDÚSTRIA COM GERADORES E MOTORES, RELATIVAMENTE A V. N. FAMILICÃO

SECTORES	ESTABELECEMENTOS	GERADORES A VAPOR	FORÇA EM CV.	MOTORES A VAPOR	FORÇA EM CV.	MOTORES DE EXPLOSÃO	FORÇA EM CV.	MOTORES HIDRÁULICOS	FORÇA EM CV.
Moagem	3	2	12	2	12			4	12
Fiações	4	6	425	4	445			3	70
Tecelagem	6	2	39	2	37			3	22
Serração	2	1	15	1	12	3	102,5		
Tanoaria	1	1	4	1	4				
Relojoaria	1	1	3			3	102,5		
Totais	17	13	498	10	510	6	205	10	104

Fonte: *Boletim do Trabalho Industrial*, 39, 1910, p. 19-26.

Como se vê a potência instalada era mínima, e a têxtil estava ainda pouco representada, sendo de notar que já havia preocupações de mecanização em sectores normalmente não referenciados pela bibliografia: tanoaria, moagem, serração, actividades profundamente imbrincadas na actividade agrícola local, havendo o caso específico da relojoaria – “A Boa Reguladora”. Será bom perguntarmos que máquinas a vapor eram estas: se nos guiarmos pelas informações relativas às experimentadas em 1909, segundo o mesmo BTI (p. 27-28), das quatro referidas três eram usadas, uma com fabrico de origem da Fundação do Ouro (a de Francisco da Silva Araújo, de Nine, para uma serração) duas outras também usadas da Fundação do Bicalho (a de José Augusto Machado, para uma moagem, no Louro, e a de J. Carvalho & Irmão, para uma estufa, em Lousado). Só uma, da fábrica de tecidos de Silva Guimarães & Pereira, na Ponte de Sant’Ana, era nova, do tipo locomóvel, fabrico da Ramsome & Cie.

Mas, na década de 1920, intensifica-se a instalação de unidades industriais no concelho de Vila Nova de Famalicão. Bastará folhear os jornais da época, por exemplo o *Estrela do Minho*, em 1921, para percebermos uma dinâmica fabril acentuada, normalmente adjectivada por expressões como “elemento importante para a riqueza da nossa terra”, “factores laboriosos onde muitos operários ganham o pão de suas famílias”, “nas quais muitos braços podem ganhar o seu pão, contribuindo para a diminuição da vadiagem, que é a mãe de todos os vícios”, configurando-se assim um discurso que

ajuda a criar uma atmosfera favorável ao industrialismo e à criação de emprego, em congratulação pelas sucessivas unidades industriais que se vão implantando no concelho. Uma simples leitura desse jornal, quer através das notícias de instalação de fábricas, quer através da publicação de anúncios de constituição de sociedades revela-nos uma dinâmica local apreciável, no que se refere à criação de pequenas empresas, do tipo sociedade por quotas, com capitais relativamente restritos, quase todas elas vindas de antigos trabalhadores que se instalavam por conta própria, diluindo riscos e conjugando forças através de sociedades limitadas, num processo que ainda hoje domina a região. Era uma fábrica de sapatos, a vapor, em Vermoim; uma fábrica de móveis (Fonseca, Matos & C^a); eram novas tecelagens como a Empresa Fabril de Famalicão, na rua da Bandeirinha, ou a Fábrica de Tecidos de Seda Ibis, em Delães; eram empresas que alargavam os seus ramos de produção (A Agrícola, que junta aos artigos para a lavoura as tapeçarias artísticas, tal como a Lanificia do Outeiro). Eram ainda tecelagens que se apetrechavam: a Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães importava da Bélgica um motor de óleos pesados, tipo Diesel sem compressor, vindo o produtor belga, Eng^o Schurger, proceder à sua instalação⁴⁴. Por esta altura, emergem também as campanhas pelo cultivo do linho: "a nossa gente do campo já não tem o bragal de linho dos seus lameiros, mas de algodão e linho estrangeiro"⁴⁵. E instala-se a indústria resineira, através da organização da Empresa Resineira do Norte de Portugal.

Este surto industrial era atribuído em parte à marcha da electrificação: "bastou a certeza da próxima transformação do sistema, universalizando-o, e o facto de, doravante se saber a energia permanentemente nas linhas, para que a Indústria tomasse o incremento que a instalação de dois novos estabelecimentos fabris nos demonstra"⁴⁶, dizia-se em 1934. Eram não só novos estabelecimentos que se criavam, sobretudo no domínio das serralharias, mas também fábricas ou oficinas antigas que renovavam os seus maquinismos, adaptando-os à electricidade, desde algumas têxteis às tipografias, fundições, à padaria (padaria eléctrica de Augusto Trindade).

4.1 - A FILEIRA TÊXTIL

Atingindo nos finais do século XIX uma capacidade de produção satisfatória para o mercado nacional, desde que devidamente protegido, a indústria têxtil, como indústria típica de produção para consumo, vai acusar as vicissitudes das flutuações económicas. Os problemas tanto vêm das crises económicas, cuja elevação de subsistências afrouxa de imediato o consumo interno têxtil, como vêm das oscilações dos mercados coloniais, quando não tem protecção suficiente ou quando apresentam quebras na produção de ramos, ou derivam ainda do mercado internacional quando as cotações do algodão apresentam subidas de preço por rarefação da matéria prima. Neste contexto, as exportações pouco significam, a não ser em momentos de conflito externo, como foi durante a guerra de 1914-18, a guerra civil espanhola de 1936-39 e a 2^a guerra mundial de 1939-1944, que criaram oportunidades de exportação e de subidas de preços, cujo efeito se repercutiu de imediato na expansão do parque fabril nacional dedicado à têxtil de algodão. Estes efeitos inevitáveis face à inserção do país num mercado mundial, repercutem-se em todo o lado e naturalmente em Vila Nova de Famalicão, explicando os surtos de crescimento e as crises que se fazem sentir cada vez mais no Vale do Ave, à medida que este território concentra a têxtil algodoeira, uma indústria que, carecendo de matéria-prima do exterior, foi sempre extremamente vulnerável aos choques externos.

A partir de 1931 foi instituído o regime de condicionamento industrial, no qual se incluiu a têxtil algodoeira, cujos objectivos, reclamados pelos industriais do ramo desde 1914, eram claramente o de congelar o parque industrial (evitando novas instalações ou modificações no equipamento), evitando

⁴⁴ "Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães", *Estrela do Minho*, 23.12.1923.

⁴⁵ "Cultivemos o linho", *Estrela do Minho*, 2.12.1923.

⁴⁶ "A indústria de Famalicão", *Estrela do Minho*, 13.5.1934.

ampliar a capacidade produtiva considerada suficiente para o mercado disponível. Surgindo como transitório, acabou por ficar até aos anos 70, ainda que alterado e reajustado, constituindo-se como um dispositivo de intervenção governamental na evolução industrial portuguesa, sem referências ao qual não se poderá compreender a evolução têxtil verificada no vale do Ave: bastará dizer que a iniciativa empresarial, a racionalização técnica e produtiva, a mão-de-obra, etc., passam a ser limitadas por intervenção administrativa, com o objectivo de disciplinar, coordenar e proteger, adaptado ao clima ditatorial da época. Era, como reconhecia a comissão encarregada de estudar a sua reforma em 1936, "a limitação imposta pelo Estado à livre disposição e exercício dos bens e actividades industriais dentro dos princípios estabelecidos pelo Estatuto do Trabalho Nacional"²⁷.

Limitando-se a instalação de fusos e teares, julgava-se evitar a acumulação de stocks, a deterioração dos preços e, por essa via, evitar a crise. Entretanto, desenvolveram-se medidas para incrementar a exportação para o Ultramar, que deram algum efeito, e que originaram novos pedidos de instalação de maquinismos, durante largo tempo pendentes, até serem afrouxadas as regras rígidas de instalação.

Uma das chaves do regime de condicionamento industrial para a indústria têxtil foi o conjunto de dispositivos que estabeleceram as condições de fornecimento de algodão ultramarino à indústria metropolitana (decs. 21226 de 22.4.2932 e 31952 de 1.4.1942), acabando com as oscilações de preço em sintonia com as cotações do algodão americano, assegurando-lhe estabilidade mas a um preço mais elevado. Desta forma, à custa durante uma década do fabricante metropolitano, se fomentou e garantiu a estabilidade da cultura do algodão em Angola e, sobretudo, Moçambique, de tal forma que, a partir de 1942, se considerava essa produção suficiente para o consumo nacional, e o preço das ramas baixava face às cotações do mercado internacional, passando então a favorecer a indústria metropolitana. Note-se que a distribuição do algodão pelos fabricantes era contingendada pelo consumo do ano anterior. Este regime só sofreu alteração substancial em 1955 (Dec. 40405 de 24.11), quando se estabeleceu um compromisso entre produtores coloniais e consumidores nacionais, pelo qual estes deveriam adquirir obrigatoriamente determinadas quantidades, podendo importar livremente a partir daí, bem como os produtores assegurariam obrigatoriamente aqueles montantes à indústria metropolitana, só podendo exportar a partir daí (o que raramente acontecia, visto o consumo crescer gradualmente)²⁸.

Eis um exemplo da forma como funcionava a renovação do equipamento no contexto do condicionamento industrial: por despacho de 4.5.1934, após longos trâmites burocráticos, José Alves Salazar Guimarães era autorizado a instalar na Rabela, Pedome, uma fábrica de tecidos de algodão com dez teares mecânicos, em substituição de outros tantos teares manuais que tinha em Guimarães, sob condição de os maquinismos serem montados no prazo de doze meses, de não exceder as 8 horas de trabalho em toda a fábrica e de os teares substituídos serem inutilizados na presença de um funcionário da circunscrição industrial²⁹.

A guerra de Espanha favoreceu um surto de clara exportação para os têxteis portugueses em 1936-39, tal como noutros sectores, que, de início, era predominantemente de fio, invertendo-se depois a favor do tecido. Com a normalização da situação política em Espanha, a quebra da nossa exportação foi notória, apesar de continuar paralisada a indústria espanhola, facto que evidencia que a nossa exportação foi apenas uma oportunidade de guerra, face às posições ante os contendores³⁰. Mas a guerra mundial que se seguiu veio ainda animar a capacidade produtiva portuguesa, sendo de reconhecer até que, nesta altura, floresceram muitas unidades caseiras, subtraídas ao condicionamento, porque havia mercado para todos.

Se atentarmos num estudo do sector que nos proporciona informação estatística para 1939, podemos discriminar as várias empresas algodoeiras em Famalicão e verificar o salto quantitativo e qualitativo operado desde 1890.

²⁷ Cruz, Justino – *Legislação Industrial*, Braga, Livraria Cruz, 1945, p. 124.

²⁸ Fonseca, Maria Helena Garcia da, *Intervencionismo do Estado na Indústria Têxtil Algodoeira*, Lisboa, INII, s/d.

²⁹ "O Diário do Governo em Famalicão", *Estrela do Minho*, 8.7.1934.

³⁰ Almeida, João António Simões de - "A indústria algodoeira e a organização corporativa", *A Indústria do Norte*, n.ºs 235-236 (Julho-Agosto 1939), p.37.

1939 - EMPRESAS ALGODOEIRAS COM FÁBRICAS EM VILA NOVA DE FAMALICÃO

a) UNIDADES COMPLETAS - FIAÇÃO E TECELAGEM

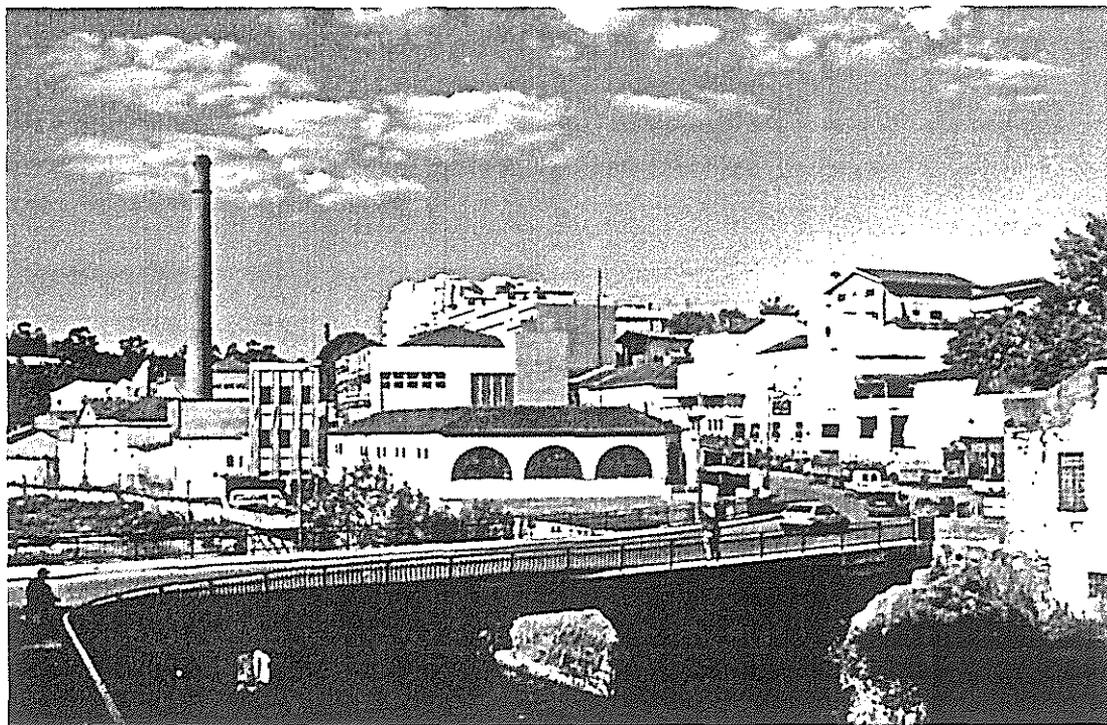
FIRMAS	SEDE	FUSOS	TEARES MANUAIS	TEARES MECÂNICOS	Nº DE EMPREGADOS	Nº DE OPERÁRIOS
A. J. DA SILVA PEREIRA Fábrica de Fiação e Tecidos de A.J.S.P	Bairro	6148	-	252	3	412
EMP. TÊXTIL ELÉCTRICA, LDª	A. Aliados, 179 - Porto	7214	-	365	-	855
F. F. TECIDOS DO BAIRRO	Bairro	5000	-	164	3	295
PINHEIRO MARQUES & MADEIRA F-F.T. de Delães	P.G.G.Fernandes, 45,1º - Porto	4000	-	150	6	358
Vª PINHEIRO, E Cª - F.F.T. DA PORTELA	Landim	2000	-	100	5	164
JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA - F.F.T. RIOPELE	Famalicão	2260	-	50	6	136
OLIVEIRA, FERREIRA & Cª	Av. Aliados, 179 - Porto	9400	-	432	-	828
SAMPAIO, FERREIRA & Cª LDª F. F. T. Riba d'Ave	Av. Aliados, 179, 1ª - Porto	14000	-	709	4	1253
SILVA, GUIMARÃES, PEREIRA & Cª LDª F.F.T Sant'Ana	Cals da Ribeira, 17 - Porto	2275	-	70	3	133

b) FIAÇÕES

FIRMAS	SEDE	FUSOS	Nº DE EMPREGADOS	Nº DE OPERÁRIOS
FIAÇÃO ATMA, LDª	R. Santa Catarina, 49 - Porto	6000	-	118
F. DE FIAÇÃO DE BENTE, LDª (Ind. Têxteis Reunidas)	Ruivães	4540	5	137
F.FIAÇÃO E TECIDOS DA CARREIRA, LDª	R. Trás, 70, 2º - Porto	2000	2	89
EMPRESA FABRIL VERMOIM, LDª - F.F.T Sant'Ana	Vermoim	5000	-	138

c) TECELAGENS

FIRMAS	SEDE	TEARES MANUAIS	TEARES MECÂNICOS	Nº DE EMPREGADOS	Nº DE OPERÁRIOS
Emp. Tecelagem Ribeirais, Ldª	Santiago Antas	60	-	1	63
Textil da Ribeira, Ldª	Santiago de Antas	-	40	4	54
Madeira & Pereira, Ldª (Fábrica Mira-Ave)	Galeria de Paris, 66-1º - Porto	-	55	6	134
Sebastião Ferreira Mendes - F. de Tecidos de Famalicão	R. São Roque da Lameira - Porto	420	87	1	567
Martinho Correia em comandita - F. Tecidos de Castelões	Castelões	20	30	-	52
Américo Rodrigues Vilarinho - A Brasileira	Joane	15	10	1	30
Artur Gomes & Filhos	Joane	-	60	1	68
Avelino de Oliveira Fernandes	Joane	22	-	-	22
Cristiano Machado M. Sousa (F. T. Pereira)	Esmeriz	2	-	-	2
Hermenegildo Correia M. Dinis	Joane	-	70	-	100
João Rodrigues d'Azevedo	Joane	29	-	-	29
Joaquim Ernesto Rodrigues	Joane	-	10	-	20
Joaquim da Silva	Joane	78	-	-	78
Mesquita & Cª	Joane	-	60	-	74
Olivia Machado Barbosa	Joane	6	5	-	13
Silva, Alves & Cª - Fábrica de Landim	Landim	150	40	3	200
Abílio de Freitas	Mogege	10	31	-	52
Augusto Ferreira	Mogege	100	10	-	122
Emp. Fabril do Minho Ldª	Mogege	-	150	1	183
Joaquim Ferreira & Cª	Mogege	30	-	-	30
Manuel Ferreira, Fºs	Mogege	60	20	1	95
Alexandre Alves Salazar	Pedome	20	-	-	26
Francisco I. C. Guimarães - (F. S. António do Caído)	Pedome	33	64	-	148
Joaquim de Oliveira & Irmãos	Pedome	20	10	-	40
Francisco Dias de Oliveira & Irmão (F. da Cachadinha)	Trav. Da Póvoa, 233 - Porto	-	20	2	34
António Neves Ribeiro	Riba d'Ave	-	15	-	26
Ferreira & Fernandes	Riba d'Ave	-	16	-	24
Fab. de Tecidos da Ponte, Ldª	Riba d'Ave	-	50	3	84
Manuel Joaquim Ferreira Borges	S. Cosme do Vale	34	-	3	34
Manuel Gonçalves	S. Cosme do Vale	-	12	-	17



Aspecto geral de Riba d'Ave

Note-se que, por despacho de 23.4.1940, foram então autorizadas ampliações de fiações até 3000 fusos, de tecelagens mecânicas até 20 teares, instalações de tinturaria ou sua ampliação, substituição de máquinas operatórias de preparação desde que não conduzissem a aumentos de produção tal que levasse a novos pedidos de fusos ou teares, substituição de teares manuais por mecânicos (na proporção de dois para um), promessa de estudos particulares para o estabelecimento de novas fábricas completas (de fiação e tecelagem).

Aos poucos, Vila Nova de Famalicão tornava-se no terceiro maior concelho em concentração de unidades têxteis: em 1943 só era suplantado por Guimarães e Porto. Nesse ano produziu 15,3% de todo o fabrico de fio de algodão e 16,5% do fabrico de tecido relativamente aos volumes nacionais, ocupando o primeiro lugar na produção de cobertores. Consumiu 2500 toneladas de algodão, vindas de Moçambique (1960), de Angola (490), do Egipto (41), do Brasil (7), da Índia (2)³¹.

Nos meados da década de 1940, o efeito restritivo do condicionamento industrial fazia-se sentir de forma aguda, surgindo publicamente declarações sobre as suas consequências no parque têxtil e a urgência de reequipamento. As fiações apresentavam maquinaria que tinha entre 30 a 70 anos, pois só 5% das máquinas instaladas tinham menos de 10 anos, a grande maioria estava pois amortizada há muito tempo. Em contrapartida verificava-se uma grande valorização dos títulos das respectivas empresas nos mercados, o que levantava a questão da retracção no investimento, acompanhada de lucros significativos durante a Guerra e no imediato pós-guerra. Os grandes industriais queixavam-se da suspensão no Conselho Superior das Indústrias dos processos de instalação de novas fiações e tecelagens ou ampliação das existentes, sentindo-se no entanto posições divergentes, com os fiandeiros a quererem só a ampliação e renovação das fiações existentes e os fabricantes de tecelagem a

³¹ "Importância económica e social da indústria algodoeira no nosso concelho". *Notícias de Famalicão*, 6.1.1945

reivindicarem a possibilidade de produção própria de fio, como forma de responder às suas especificidades de produção e à incapacidade das fiações para satisfazerem a procura nacional, ainda que renovadas (tanto mais que por 1941 tinham tido autorização, por despacho ministerial, de que afinal não aproveitaram). Entretanto, face à falta de fio, que levou mesmo à sua importação dos E.U., proliferavam já fiações clandestinas cuja legalização se reivindicava, como forma de desobstruir as normas apertadas que, durante anos, no sentido de favorecer a pequena indústria, tinham condicionado a automatização com regulamentos apertados³¹.

Os relatórios oficiais caracterizavam então a indústria têxtil, como apresentando excessiva pulverização industrial tanto na fiação como na tecelagem, número de fusos reduzido em relação aos teares instalados, obsolescência dos maquinismos, em particular dos fusos, número reduzido de teares automáticos. Foi então, que por despacho de 17.12.1946 se fixaram novas normas de condicionamento, que permitiam a instalação de novas fiações autónomas, a instalação de novas fábricas completas (isto é, de fiações e tecelagens), exigindo-se sempre em todos estes casos máquinas modernas e quantitativos mínimos (10 000 fusos), sendo que nas novas fábricas completas os teares deviam ser automáticos (300 teares mecânicos ou 200 automáticos) e a instalação de fiações em unidades de tecelagem ou a ampliação das existentes (desde que, com a ampliação, satisfizessem aqueles mínimos)³². Normas que obedeciam a um claro princípio de reorganização industrial, visando diminuir a pulverização, produzir unidades mais racionais através da concentração e aumentar a modernização. Os resultados desta política, sem grandes perspectivas de ampliação de mercado consumidor, foram reduzidos e acusou-se este despacho reorganizador de exigir níveis demasiado elevados, que não permitiram no conjunto a criação de fábricas novas (apenas 10), nem a ampliação de muitas por incapacidade de capital (até porque era salvaguardada pela lei a manutenção dos postos de trabalho), nem sequer a das completas que já ultrapassavam os mínimos, nem ainda a eliminação das mais arcaicas e reduzidas, traduzindo-se, em breve prazo, num efeito bloqueador da modernização que eventualmente resultaria de um mercado livre. No entanto, criaram-se, nesta altura, algumas das melhores unidades algodoeiras da economia nacional e o desenvolvimento do segmento da fiação foi uma realidade, sustentando de forma mais estável o fornecimento à tecelagem.

Contraditoriamente a esta política, determinou-se em 1947 (Portaria 11879) que as oficinas de trabalho caseiro e familiar, isto é, as que tivessem mais de 4 trabalhadores ao serviço, passavam ao regime de trabalho industrial, uma forma de as legalizar e submeter ao condicionamento, mas que, a curto prazo, amplia a pulverização, embora se esperasse a sua eliminação com o decorrer do tempo. E em 1950 (dec. 38143) são libertadas do condicionamento as secções de estampanaria autónomas ou anexas a fábricas com menos de 200 teares automáticos ou 300 teares mecânicos, o mesmo acontecendo a secções de acabamentos ou de tecelagem nas mesmas condições. Foi ainda liberta a indústria de malhas com teares rectilínios ou circulares. Medidas que favoreceram o aparecimento de novas fabriquetas ou oficinas nestes sectores. Começava a reconhecer-se o efeito constrangedor do condicionamento. Era o próprio governo a reconhecê-lo, como o faz nesse mesmo ano quando manda o decreto de alteração do regime à Câmara Corporativa: "Logo se vê, porém, que o condicionamento pelo simples facto de ser uma restrição à liberdade económica, oferece o perigo de se transformar em factor de estagnação: por um lado, a exigência da autorização prévia, com as delongas e a incerteza de a obter, é uma peia que pode desviar da indústria condicionada capitais que a ela acorreriam, se fosse livre; por outro, é natural que as empresas pertencentes a essa indústria, sentindo-se mais a coberto de novos competidores, percam muito do seu interesse em melhorar a técnica, sobretudo e já auferirem lucros quantiosos"³³.

³¹ "Condicionamento industrial e as fiações de algodão", *Notícias de Famalicão*, 16.11.1946.

³² Fonseca, Maria Helena Garcia da - *Intervencionismo do Estado na Indústria Têxtil Algodoeira*, Lisboa, INII, s/d., p. 74-75

³³ "O condicionamento das indústrias", *A Indústria do Norte*, nºs 371-372, 1950, p16-24.

E Artur Cupertino de Miranda, o famalicense que criou o Banco Português do Atlântico, em discurso lido na Assembleia Geral do seu banco, fazia-se eco, a respeito da actividade têxtil, das previsões de dificuldades, defendendo o reapetrechamento das fábricas de fição e tecidos, "cansada a sua maquinaria pelo labor incessante, nas 24 horas de cada dia desta última meia dúzia de anos", face ao crescendo da concorrência internacional. A criação nas colónias de fábricas de capital nacional - a Textang da Companhia de Fomento Colonial em Angola e a Algodoeira Portuguesa de Moçambique surgiam-lhe como medidas de alcance para manutenção das posições imperiais, diminuindo portanto este mercado para as têxteis metropolitanas. Para estas, só via dois caminhos, que podiam ser assumidos em paralelo ou separados: a) renovação da maquinaria, rumo ao automatismo pleno; b) a "concentração na produção de artigos de alta qualidade, buscando-se dar satisfação a mercados especiais". Dizia acreditar ainda na prosperidade das fábricas nacionais a verificarem-se a renovação progressiva e persistente da maquinaria, a moderação salarial, e a produção suficiente de algodão colonial, se as fábricas modernas soubessem gerir a alta capacidade financeira obtida durante a Guerra no sentido da eficiência³⁵. Palavras aparentemente optimistas que encerravam uma visão de dificuldades, dado que o futuro estaria dependente da mão-de-obra barata, do domínio colonial e da mentalidade empresarial.

O decreto 35844 de 1946, que suscitava a intervenção estatal para a disciplina algodoeira, reconhecendo a necessidade nessa altura de 17000 toneladas de algodão (contra 800 da produção colonial) e o decreto 37523 de 1949, que cria isenções fiscais para a produção algodoeira colonial, orientaram-se no sentido de resolver os problemas do abastecimento de algodão, visando não só a produção em quantidade (em 1950 já o consumo nacional era estimado em 32000 toneladas, quase o dobro face a 1946) mas também em qualidade (selecção de sementes, cooperação técnica, missões ao estrangeiro). Ou seja, a campanha algodoeira identificava-se também com uma estratégia de colonização: criavam-se mecanismos de ordenação do trabalho e do quotidiano indígena, fixando-se a população no mato (incluindo a europeia), com a criação de centros agrícolas e oficinais.

Esta política de produção colonial protegida tinha como reverso garantir o seu consumo pela fição metropolitana, mas como a produção colonial não era capaz de satisfazer a capacidade industrial instalada, a política adoptada para o fornecimento de ramas aos industriais foi a do rateio por sistema de cotas, que na década de 50 rondou os 70% da capacidade (excepto em 1950 em que o fornecimento atingiu os 100%), dificultando-se a importação do então designado algodão exótico para evitar aumentos de preços, situação só normalizada a partir de 1957 (as fibras têxteis tinham por essa altura um peso de cerca de 7% como matéria-prima têxtil). Esta situação obrigou as fábricas têxteis a laborarem abaixo da sua capacidade, com semanas de 4 dias, o que se reflectiu profundamente nas condições de vida dos trabalhadores (cerca de 61000 operários por 1957, a nível nacional). Tanto mais que havia uma política governamental de evitar desemprego tecnológico, prestando-se todas as cautelas à instalação de maquinismos, mas por outro lado a preparação de mão-de-obra era nula, tendo os técnicos mais simples (afinadores, contra-mestres) de ser formados nas próprias empresas, que aprendiam por si, enquadrados por profissionais mais velhos. Esta baixíssima preparação técnica da mão de obra fazia com que a incorporação do factor trabalho fosse significativa, apesar dos baixos salários, mas um indicador como o número de trabalhadores por mil fusos, que era de 8 em Portugal representava o dobro do que se passava nos restantes países europeus³⁶. Note-se que a Escola Técnica de V. N. de Famalicão só foi decretada em 1956, com ciclo preparatório e tendo como cursos de formação o de serralheiro e o geral do comércio, numa altura em que (pelos dados do censo de 1950) só 8282 activos em 43852 se dedicavam à agricultura (19%), o que revelava já um intensa ocupação industrial.

³⁵ "Discurso proferido na Assembleia Geral do BPA, em 25.1.1947, pelo sr. Artur Cupertino de Miranda", *Estrela do Minho*, 2.2.1947.

³⁶ *A Indústria do Norte*, nº 451, Julho de 1957, p. 72.

A indústria têxtil algodoeira do vale do Ave, no seu conjunto, incluindo numerosas fábricas famalicenses, estava, assim, profundamente imbricada com as duas grandes colónias africanas – Angola e Moçambique, produtoras de algodão, consumidoras significativas de tecidos metropolitanos, numa ligação que não era somente de sentido económico, mas também de sentido institucional e político, uma vez que condicionamento industrial (do continente e do ultramar) e abastecimento colonial de ramas de algodão são as duas faces da moeda têxtil depois dos anos 30. Não admira, assim, que os têxteis do vale do Ave tremessem quando se discutia nos anos 50/60 a necessidade de afeição o condicionamento aos factores de localização industrial, surgindo como naturais as reivindicações das colónias para implantarem com mais liberdade as suas fábricas têxteis junto das fontes de produção das ramas. De igual, quando se perspectivava a adesão de Portugal à Zona de trocas livres (EFTA), os industriais e os comentadores económicos viam com imenso receio essa abertura de mercado, acreditando que a integração de Portugal provocaria rapidamente a destruição da indústria algodoeira nacional. Em todo o caso, políticas adoptadas para a integração na EFTA, preparando uma transição que deveria ser de 30 anos, permitiu um reapetrechamento tecnológico, mediante facilidades de crédito e deduções fiscais, ao mesmo tempo que se garantia o abastecimento de algodão a preços internacionais, verificando-se a partir de 1960 uma crescente e significativa exportação, ainda que em condições de dura concorrência. Expansão de mercado que permitiu absorver o eventual desemprego tecnológico que poderia ter derivado do reapetrechamento em máquinas. Algumas fábricas famalicenses participaram deste surto de crescimento como forma de preparação para a concorrência no mercado europeu.

Algumas fábricas souberam procurar cedo a especialização dentro da fileira têxtil, e, assim, no panorama geral da produção de cotins, riscados fortes e cobertores há as que se apetrecham nos inícios de 50 para a produção de tecidos finos. Foi o caso da Fábrica de Fiação e Recidos do Rio Pele, surgida em Pousada de Saramagos em 1927, de José Dias de Oliveira, que se vai transformar em Riopelle e criar a sua marca própria a RIOPLEX, ou a Oliveira, Ferreira, & C^a, com sede em Riba d'Ave, que cria a marca OFRAL.

Num outro sentido diversificador propício ao crescimento é o exemplo de Manuel Gonçalves, que começou, em 1935, como Fábrica de Fiação e Tecidos do Vale, em S. Cosme do Vale. Depois de se desenvolver no ramo têxtil (com fiação, tecelagem, tinturaria e acabamentos), transformou-se em 1965 em sociedade anónima, com a designação de Têxtil Manuel Gonçalves, SARL, e um capital de 150 mil contos. Alargou, por essa altura, a sua actividades aos oleados, plásticos, lonas e correias para máquinas, dando relevo a um sector - os plastificados, que praticamente não tinha significado em Portugal, sendo esse tipo de produtos objecto de grande exportação. Depois vieram a produção de cordas para pneus e as coberturas insufláveis. Investindo neste sector de forma significativa, tanto ao nível do maquinismo como no da mão-de-obra especializada e sua preparação, a Têxtil Manuel Gonçalves, que já era uma das poucas firmas nacionais exportadoras de têxtil para os países do Norte da Europa, torna-se então numa importante exportadora de plastificados, além de assegurar o mercado nacional destes produtos nas linhas de montagem de automóveis ou na produção de mobiliário e interiores domésticos em Portugal, dando trabalho a cerca de dois mil trabalhadores nos finais dos anos 60, número que nos anos 70 era superior a 3500 no âmbito do grupo empresarial. Neste processo de crescimento veio a incorporar diversas empresas (Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, em 1969), a participar noutras empresas novas (por exemplo a Pressostático - Coberturas Insufláveis, Ld^a), e a criar uma gestão departamental em livre-concorrência.

Mas a têxtil famalicense não era só de natureza algodoeira. Havia também unidades de seda, como, nos finais da década de 1940, a fábrica de Madeira & Pereira, em Bairro, a Têxtil de Albagada, em Calendário, ou a Ibis, em Delães. E de lanifícios, em que se destacou a Lanifícia do Outeiro, em

Calendário, constituída em 11.5.1942, com o capital já assinalável de 500 contos. Na década de 50 emergem as fibras artificiais, que aos poucos se vão tornar uma matéria-prima generalizada para a produção de novos tecidos mistos com o algodão, tendo mesmo Delfim Ferreira sido um dos pioneiros nessa área, mas em fábricas exteriores ao concelho ou ainda a aposta total nas fibras artificiais (Riopele).³⁷

Por outro lado, a produção de tecidos acabaria sempre por gerar a jusante novos segmentos industriais, que ganharam gradualmente relevância. Estamos a falar particularmente das confecções, um novo sector hoje muito difundido e com vastas possibilidades de ampliar o valor acrescentado português na fileira têxtil. Uma palavra neste sector para uma das primeiras confecções do concelho, a Fábrica de Louredo (Carvalhos, Castro e C^a Ld^a), em Calendário, constituída como sociedade em 24.11.1922, a mais antiga a anunciar os produtos deste tipo: meias, peúgas, camisolas, roupas interiores, malhas em seda e algodão³⁸. Outras surgiram depois, como a Fábrica de Malhas do Minho, em Calendário. Mais recentemente, com a crise da produção de tecidos nos anos 70, a confecção explodiu não só em Famalicão como em todo o Vale do Ave. Para preservar a memória da fição e tecelagem local, do ponto de vista patrimonial, Vila Nova de Famalicão tem vindo a organizar o seu Museu da Indústria Têxtil.

4.2 - A FILEIRA AGRO-FLORESTAL

Para lá do fiar e tecer, actividades domésticas e industriais de abundante produção local, sempre apareceram os serradores como actividade intimamente ligada à exploração das florestas locais e ao encaminhamento deste tipo de materiais para a construção civil e o mobiliário. Em 1901, reconhecia-se que além da fição e tecelagem, também a "tinturaria, a serração de madeira e a moagem vão em progressivo aumento, não falando já na importante fábrica de relógios"³⁹. A Central do Minho, erguida por 1910 em frente à estação do caminho-de-ferro, de Ribeiro & Cancela, era uma fábrica conceituada de carpintaria, serração e marcenaria a vapor, especializada em madeiras para construção (tectos ornamentados, soalhos aparelhados, mobílias). Em 3 de Abril de 1921 constitui-se a sociedade Araújo, Barbosa & C^a, com sede em Vermoim, 17 sócios e um capital de 150.000\$00 (com quotas de 5 e 10 contos), cujos objectivos eram a serração de madeira e carpintaria. Multiplicavam-se, assim, as oficinas e pequenas fábricas de carpintaria por grosso, produzindo caixilharias, esquadrias, surgindo depois a fabricação de estores, em Nine, na década de 40 (Indústrias Reunidas Migóco, Ld^a).

A Central de Arnoso, na freguesia do mesmo nome, pertencente à firma Martins, Costa & C^a Ld^a, constituída a 20.12.1935 tinha como objectivo a serração e moagem, apresentando um capital de 31.500\$00.

A jusante da moagem, surgem as padarias, algumas de feição industrial. A Padaria Portela, no campo da Feira, fundada em 1880 e reorganizada em 1904, fazia crer, através da publicidade, a sua superioridade local, garantindo condições higiénicas na produção e instalações, inspecções sanitárias periódicas, bem como a tradição de ter sido a primeira a fabricar localmente *pão bijou* e *pão da delfina*, sendo a única a produzir pão doce. E, curioso, garantia que a água utilizada no fabrico era recolhida diariamente na fonte dos pelames através de um carro autotanque próprio para o efeito⁴⁰. A Padaria Ideal, no campo Mousinho, procurava fazer-lhe frente. Naturalmente surgiam outras unidades de padaria e e confeitaria com o decorrer do tempo, algumas das quais vieram até aos nossos dias, uma ou outra com importante desenvolvimento posterior, como terá sido o caso da instalada por António Vieira de Castro, em 1943, na rua de Santo António, na sede do concelho e que mostra hoje um crescimento significativo, com uma importante exportação.

³⁷ Alves, Jorge Fernandes - Riopele: História de uma Referência Têxtil. Pausada de saramagos: Riopele, 2002

³⁸ *Estrela do Minho*, 17.06.1932.

³⁹ "Commercio local", *O Lusitano* de 15.08.1901.

⁴⁰ "Padaria Portela", *Novidades de Famalicão*, 25.8.1910

⁴¹ "Vacas arouquezas", *O Regenerador*, 13.01.1905.

Os lacticínios tinham expressão local, como seria natural numa zona profundamente agrícola, mas a raça de gado dominante era a barrosã, mais forte para a tracção nos trabalhos agrícolas. Em 1905, a fábrica de manteiga Sampaio & Costa, estabelecimento anexo a uns armazéns comerciais já existentes, fazia propaganda a favor da criação de vacas arouquezas, que davam o dobro do leite das vacas barrosãs, mandando vir duas para exemplificação das suas vantagens aos lavradores locais, propondo-se fazer a sua encomenda ao preço do custo para os interessados e oferecendo-lhes a compra da produção leiteira respectiva⁴³. A fábrica, que vendia a baixo preço o leite desnatado, tinha elevada procura na manteiga. Um ano depois alargava a sua capacidade, com a aquisição de máquinas de pasteurização e de refrigeração e de uma nova caldeira a vapor (um gerador de três cavalos)⁴⁴.

Uma indústria que veio a ter um grande desenvolvimento em tempos mais actuais foi a de conservas das carnes de porco, ainda que em 1947 só fosse referenciada uma unidade fabril deste género – A Delícia, de Manuel Gonçalves, no Campo Mouzinho, na Vila, mas com uma importante produção ao nível da indústria dita "doméstica".

4.3 - INDÚSTRIA QUÍMICA

Ainda com estreita ligação à floresta, a resina, extraída do pinheiro e que fornece diferentes produtos químicos. Em 1935 instala-se em Vila Nova de Famalicão a indústria resinera, através da organização da Empresa Resinera do Norte de Portugal, com um capital de 300 contos (liderado por Manuel Henriques Júnior, de Pombal) para explorar a concessão feita pelo governo de extracção de resina pelo processo francês, com vista à produção de terebentina e que ficou instalada junto à linha férrea. Actividade então já com três décadas de actividade em Portugal junto dos pinhais do centro do País, só então chegou ao Norte, dando trabalho não só aos operários fabris como a milhares de resineros espalhados pela região Norte, para dar saída aos vários vagões diários de produção exportada para países do Norte. Indústria química, com os depósitos de resina e dos seus derivados (pês e água-raz) a exalarem um "cheiro nauseabundo", que, no entanto, surgia na década de 40 como uma das melhores fábricas do género.

Ainda na fileira química, registre-se, em 1910, a instalação, em Ribeirão, de uma fábrica de amido, de Pereira de Almeida & Oliveira.

4.4 - MÁQUINAS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS

Um dos campos industriais que fornece alguma especialização regional a Vila Nova de Famalicão é a produção de máquinas para a agricultura. Se a "agronomania", tão eficaz noutras regiões para a modernização da agricultura, teve no Minho pouco impacto, até pelas características do sistema minifundiário e da revolução do milho que desde o século XVI marcou para sempre os campos do norte, a verdade é que pelos inícios do século XX a intensificação do investimento agrícola em máquinas e utensílios de ferro era uma realidade, para renovação da utensilagem tradicional.

No aproveitamento deste mercado destacou-se desde cedo *A Lavoura*, a "fábrica de máquinas agrícolas mais antiga e mais importante de Famalicão", criada por 1908, que na década de 30 vê aumentar a concorrência através de *A Camponesa*, situada "ao fundo do campo Mousinho", na estrada Porto-Famalicão. Esta era propriedade de Manuel Portela (antigo sócio fundador e gerente de *A Lavoura*), que se apresentava como o fabricante mais antigo de máquinas agrícolas em Vila Nova de Famalicão, já

⁴³ "Vacas arouquezas", *O Regenerador*, 13.01.1905.

⁴⁴ Fábrica de manteiga em Famalicão, *O Regenerador*, 12.5.1906.

premiado em vários certames, nomeadamente 1926 nas exposições do Palácio de Cristal, na medida em que trabalhara com o Pai, Domingos Portela, que tinha uma oficina onde produzia já máquinas agrícolas, tendo exposto algumas em 1903, numa exposição do Palácio de Cristal. Domingos Portela teria, assim, sido o primeiro produtor de máquinas agrícolas em Famalicão, produção que iniciou em 1898 com dois carpinteiros e dois serralheiros.

A *Camponesa*, publicava nos anos 30, um curioso folheto publicitário com o mesmo nome, de edição trimestral, que funcionava como um autêntico catálogo de "máquinas e utensílios agrícolas e artigos para indústrias caseiras", fazendo ao mesmo tempo a apologia do maquinismo agrícola: "só com o emprego de máquinas e utensílios agrícolas se poderá fazer uma lavoura com economia e proveito", dizia. A listagem de produtos nessa publicação mostra-nos uma grande variedade de utensílios para esse efeito:

- a) para a lavoura (tararas, descaroadores, charruas, arados, semeadores, sachadores, cortapalha, enfardadeira, etc.)
- b) para a viticultura e vinicultura (esmagadores, prensas, funis, bombas, torneiras, válvulas, arrolhadeiras, sulfuradores, enxofradeiras, recalçador e agitador de mostos, batoques, tesouras, raspadores, etc.);
- c) Avicultura e cunicultura (gaiolas, galinheiros, trituradores de grãos, corta-couves, bebedouros, pulverizadores, comedouros, bebedouros, batedeiras, radiadores, etc.)
- d) Apicultura (colmeias, extractores, máscaras, luvas, centrifugadores, alimentadores, etc.).

Segundo o boletim, havia um sistema de vendas directas aos camponeses, utilizando processos de encomenda e cobrança por correio, de forma a ultrapassar o "peso" dos intermediários, que inevitavelmente também utilizava. Apresentava-se a firma como vendedora para todos os pontos do país, Ilhas, Colónias e Brasil, sendo fornecedora de delegações e escolas agrícolas, de sindicatos, casas do povo, grémios de lavoura. Nos anos 30, tinha umas instalações relativamente amplas, com máquinas movidas a electricidade e diversas secções de fabrico (carpintaria mecânica, serralharia, forjas, tornos mecânicos, estampagem, fundição, pintura).

Desde os anos 20 que passou a sofrer a concorrência da Fundição da Cegonha, fundada por António Sampaio Carvalho, em 1921, que alargava o seu fabrico de produtos de ferro, para além da área agrícola, a cofres, fogões, lavatórios e outros utensílios domésticos, para se dedicar depois, com o maior sucesso, no fabrico de máquinas, tipicamente marcadas pelo símbolo da cegonha, e destinadas não só à indústria têxtil, como a outros sectores. Note-se que Sampaio Carvalho começara por possuir a Drogaria Industrial onde revendia produtos importados do género, passando depois à produção própria por dificuldades de importação⁴³. Foi na Fundição da Cegonha que A. Sampaio Carvalho produziu as máquinas (ainda que para isso tenha contratado um técnico estrangeiro) destinadas à sua nova fábrica (5.2.1948) - a Sociedade Industrial de Pregaria⁴⁴, uma unidade com oito máquinas que assegurava na fase inicial uma produção diária de duas toneladas de prego. Em 1957, com a retirada de Sampaio Carvalho, a Cegonha passou para os seus filhos, sob a firma Irmãos Carvalho, Lda. Com um desenvolvimento importante, tanto sob o ponto de vista comercial como técnico, tornou-se uma importante unidade de máquinas industriais, ocupando nos anos 60 cerca de duas centenas de trabalhadores. Apresentava uma importante especialização em tornos, com exportação para o Ultramar e vários países estrangeiros.

Também Mouquim veio a tornar-se com o tempo num importante centro metalúrgico. Em 1942 foi criada, com um capital inicial de 2000 contos, significativo na altura e para o meio, a Fundição de Mouquim. Ganhou relevo como produtora de chumbo para caracteres tipográficos, metais para linoty e

⁴³ "Drogaria Industrial", *Novidades de Famalicão*, 5.8.1911

⁴⁴ "António Carvalho Sampaio - a personalidade do homem, do comerciante e do industrial", *Estrela do Minho*, 6.1.1949.

estereotípias, fabricando ainda galena para cerâmica, antimónio para a pirotécnia, além da preparação de outros metais para usos industriais (estanho, antimónio, zinco, etc). Na década seguinte surgiram em Mouquim mais duas empresas do ramo: a Metalúrgica da Candra e a Fundação Jamora.

A metalurgia, sobretudo na sua fase mais evolutiva, estava muito ligada à têxtil, ainda que mantivesse a produção para a agricultura típica da sua fase inicial, mas tende a diversificar-se geograficamente, ainda que estreitamente ligada à via férrea, por onde chegava o ferro e partiam máquinas. É o que acontece com a Fundação Rio Ave, de J. M. Dias da Silva, localizada em Bairro, na década de 1940, para produção de máquinas industriais e agrícolas. Com o desenvolvimento da indústria têxtil, algumas oficinas e fábricas de mecânica tendem a produzir quase só peças para o sector e a criar linhas de especialização neste sentido. Dizia-se em 1947 que desde os "próprios teares, às encarretadeiras e urdideiras, todos os pertences da indústria têxtil são fabricados nas oficinas da sede do concelho"⁴⁵.

4.5 - INSTRUMENTOS DE PRECISÃO

Já abordamos as origens da Boa Reguladora, uma empresa iniciada no Porto em 1892, que se transfere para Vila Nova de Famalicão em 1895/96, terra de naturalidade dos seus sócios, após a morte do fundador. Por 1910, o volume de operários de *A Boa Reguladora* já era de 112 (92 homens, 6 mulheres, 3 rapazes e 11 raparigas), segundo as informações do *Boletim do Trabalho Industrial*. Em 1914, ocupando já uma área de 10.000 m², apresentava uma população operária de 220 trabalhadores de ambos os sexos, num crescimento exponencial que duplica em quatro anos apenas. Nessa altura, a produção anual de relógios foi de 6408 unidades⁴⁶.

Conforme já salientou Miguel Dias Costa, as características de sucesso de *A Boa Reguladora* tem também a ver com a "produção integrada" que praticava:

Desde os primeiros anos a Reguladora se constituiu como uma empresa industrial integrada. O relógio fabricava-se totalmente, em todos os seus componentes. Para a fabricação das caixas dos relógios era a madeira comprada em toros, serrada, aparelhada e acabada por mãos de artifices marceneiros. Para tal eram necessárias grandes máquinas com grande consumo de força motriz. Esta era fornecida por uma caldeira geradora de vapor, utilizando como combustível as aparas de madeira, resíduos de serração. A actividade de serração e carpintaria teve grande desenvolvimento durante toda a primeira metade do século XX, projectando o nome REGULADORA em todo o País como famosa carpintaria de construção civil. A força motriz das máquinas a vapor era ainda utilizada no accionamento de moinhos para cereais. Por isso, na escritura de 1901, já se mencionavam como actividades, além da exploração da fábrica de relógios, "a serragem e a molinagem".⁴⁷

Deste modo, a unidade fabril procurava aproveitar todas as potencialidades energéticas. Em 1908, *A Boa Reguladora* equipava-se com gasógenos, para aproveitamento dos desperdícios de madeira e produção de gás-pobre, que alimentavam motores de explosão e serviram para accionar geradores de electricidade, vindo esta a ser aproveitada para iluminação pública. Por esta via, Vila Nova de Famalicão, diz Miguel Dias Costa, foi o primeiro município de província a ter iluminação eléctrica, inaugurada a 9.5.1909. E a firma Carvalho & Irmão manteve essa concessão de fornecimento de energia eléctrica até 1952, altura em que passou para *A Eléctrica Lda*, criada em 1924 por António Dias Costa, antigo técnico que trabalhara na instalação da rede inicial (e que veio a integrar a família Carvalho por casamento). Na

⁴⁵ O Concelho de Famalicão, *Económico, Monumental e Pitoresco*, VNF, 1947, p.51.

⁴⁶ Costa, Miguel Dias – *Reguladora, 1892-1992, 100 anos*, Vila Nova de Famalicão, 1992, p.62.

⁴⁷ Costa, Miguel Dias – *Reguladora, 1892-1992, 100 anos*, Vila Nova de Famalicão, 1992, p.58.

Exposição Colonial Portuguesa, em 1934 e no Palácio de Cristal, obteve o grande prémio, garantindo o prestígio que lhe dava a hegemonia de ser a única fábrica de relógios na Península Ibérica.

Transformada em sociedade por quotas de responsabilidade limitada em 5.6.1923, então já com o capital de 330 contos. Dos relógios de parede, evolui a A Boa Reguladora para produções mais sofisticadas nos anos 30 e 40: "surgiram os "carrilhões" com toque Westminster e, mais tarde, Avé Maria de Fátima", ganhando importância nessa altura o mercado brasileiro, particularmente durante a segunda guerra, exportação responsável pelo "boom" empresarial, visível nas novas instalações de grande dimensão então construídas. E em 1952 passa a fabricar os típicos despertadores.

Pouco depois a sociedade por quotas J. Carvalho & Irmão Ld^a ultrapassa a dimensão familiar, por escritura de 22.6.1953, para ser transformada em sociedade anónima, com a designação de Fábrica Nacional de Relógios (Reguladora), SARL, então com um capital de 1650 contos, se bem que a distribuição de ações se fizesse ainda no grupo familiar. A diversificação produtiva prosseguiu, entretanto, através de uma concessão de licença de fabrico de contadores de água e de um contrato de assistência técnica com a firma CONTIMETER, em 1954, iniciando-se no ano seguinte a montagem, com evolução gradual para o fabrico por inteiro: em 1957, idêntico contrato com a mesma empresa belga permite preparar o fabrico de contadores de electricidade, que só o atraso na maquinaria de importação impediu a fabricação nesse ano, como estava previsto. Por essa altura, continua a ampliação da fábrica de forma a acompanhar a diversificação e a abertura ao mercado europeu (ensaiávamos então os primeiros passos através da EFTA) estava já no horizonte do esforço dispendido: "impõe-se que nos encontremos bem apetrechados e preparados para uma eventual adesão de Portugal ao Mercado Comum europeu", diz-se no Relatório e Contas de 1957, ano em que se distribuiu um dividendo de 15%, contra 10% no ano anterior.

As transformações operadas exigiram grandes investimentos e uma actualização técnica constante, que garantiu a autonomia em 1972 no fabrico de ambos os contadores e, já em 1977, a venda de um contrato de assistência a uma empresa espanhola.

Nos anos recentes a ampliação e o desenvolvimento económico e técnico mantiveram-se: "A Reguladora, que tinha sido a primeira indústria Portuguesa de Mecânica de Precisão, evolui assim para um Indústria de Material Eléctrico e Electrónico, mantendo contudo o seu programa tradicional de relógios mecânicos"⁴⁸. O aprofundamento da investigação e dos investimentos levou à criação de novas empresas, com a autonomização de vários sectores fabris e a participação noutras unidades. Surgiu assim o "Grupo Reguladora", liderado pela "holding" GNC – Sociedade Gestora de Participações, S.A., que inclui empresas como a TECNOPARQUE, a CELOPLAS, a RICONT, a GASPROJECTO, a ANDRADE MELLO, a BASÍLIO DE OLIVEIRA.

4.6 - TIPOGRAFIAS

Vila Nova de Famalicão tinha prestígio nas actividades de tipografia. Neste sector destacou-se A Minerva, de Caspar Pinto de Sousa & C^a, que remontava ao último quartel do século XIX. Aqui foi impressa a 1^a edição da *Cartilha Maternal* de João de Deus e muitas obras literárias e de imprensa periódica, afirmando-se que, entre toda a indústria gráfica do País, a "famalicense foi a primeira que fez instalar, fora de Lisboa, as máquinas de compor, até então reservadas aos grandes jornais diários"⁴⁹.

⁴⁸ Costa, Miguel Dias – *Reguladora, 1892-1992, 100 anos, Vila Nova de Famalicão, 1992*, p.158.

⁴⁹ *O Concelho de Famalicão, Económica, Monumental e Pitoresca*, VNF, 1947, p.49

4.7 - PEQUENAS INDÚSTRIAS

É impossível referenciar sequer na totalidade a diversidade de pequenas indústrias que se instalaram em Vila Nova de Famalicão, pelo que faremos apenas uma breve referência a alguns sectores mais interessantes. De alguma forma ligada à têxtil, ao segmento da confecção, surgiu a pequena indústria de botões, na zona do Vale d'Este, em Nine (Botoeira Ninense, Ld^a) e Louro (Lédice, Sepol, Primor, Nivea), para depois se largar a outras zonas. Na décadas de 30 e 40, a indústria de botões e produtos afins teve particular realce em Ribeirão: Botão d' Ouro, Novil e a Fábrica do Rio Ave, Ld^a, cuja constituição de sociedade, em 27.5.1943, revela-a como destinada à indústria não só de botões mas também de pentes e outros artigos, fábrica esta que parece ser um desenvolvimento de "A Industrial do Ave", que por 1936, fabricava os pentes "Rio Ave", além de travessas e outros artigos de galalite e celulóide.

Um oficina de brinquedos de madeira, com pintura à pistola, de Teixeira & Machado, instala-se em Ribeirão, no Lugar do Libório, junto à estrada nacional, em 1947.

Há ainda notícias de uma fábrica de papel de fumar, por iniciativa da Produtora de Papéis de Fumar, Ltd^a, de Lisboa, que decidira instalar uma unidade em Ribeirão, no lugar do Vau.

Também a produção de papel e cartão tinha alguma tradição em Gondifelos, com a fábrica que corria com a firma Luís Oliveira Santos & C^a, por 1940. Em 1960 eram já duas as unidades locais que produziam neste sector: a fábrica de J. Azevedo Pereira, especializada no fabrico de cartão para encadernação e cartonagem e a Fábrica de Papel da Lamela, que produzia papel de embalagem, papel de sacos e cartão. Registe-se ainda uma fábrica de guarda-sóis e malas de José Pinto Malheiro & Filhos, em Bente.

O desenvolvimento da electricidade e do abastecimento domiciliário de água originou a especialização em novas actividades de construção. Foi o caso da Fábrica de Postes de Cimento Armado, de Alves, Oliveira e Machado, com a marca registada "Águia de Portugal", tanto aos postes para a rede de electricidade, como a tubos e anéis para poços e canalizações de água. Na mesma linha de desenvolvimento, mas ligadas à instalação das redes telefónicas e ao caminho-de-ferro, se criaram oficinas de creosotagem, em Famalicão, para a preparação de postes e de travessas.

4.8 - OS PNEUMÁTICOS

Uma das actividades mais diversificadoras do tecido industrial famalicense, foi a instalação da indústria de pneumáticos, em Lousado, através da Mabor- Manufatura Nacional da Borracha. O projecto desenvolveu-se com a aquisição de uma licença concedida em 1937, ao abrigo da Lei n^o 1956 de 1937, a Carlos Farinha com o exclusivo por dez anos para o fabrico de pneus e câmaras de ar. Note-se que em Portugal, na altura, havia apenas uma fábrica de pneus e câmaras para bicicletas, domínio em que a Mabor não interveio. Mas só em 1940 se organizou o grupo que adquiriu o alvará em causa e se propôs avançar para a concretização da ideia, através da elaboração de um projecto e garantias de financiamento (através do Banco Borges & Irmão) e de apoio técnico pela General Tire and Rubber Company, a quem foi cedido 20% do capital. A constituição da sociedade ocorreu a 13.7.1940, com um capital inicial de 15000 contos, gradualmente ampliado.

Iniciadas as obras em 1942, a fábrica da Manufatura Nacional de Borracha só foi inaugurada em 6.4.1946, devido às incidências da guerra mundial que atrasaram o fornecimento dos equipamentos necessários, vindos da Inglaterra e dos Estados Unidos. À altura da inauguração oficial estava já em

laboração, produzindo pneus e câmaras-de-ar, procurando fazer face à grave crise de abastecimento destes produtos desencadeada pela Guerra. Foi um exemplo típico da transferência de tecnologia norte-americana, donde veio não só o equipamento de base como também a matéria-prima, embora o objectivo posterior fosse o de laborar com borracha colonial. A Mabor era, na altura, a única fábrica nacional de pneus, tendo então um mercado que se avaliava por um montante idêntico ao do capital (30000 contos), dado importar-se anualmente, antes da guerra, 25000 contos de pneus. Tinha a sua sede oficial na Avenida dos Aliados, no Porto.

A ideia era importar a borracha das colónias africanas: "o nosso concelho que já, pelo grande consumo de algodão nas suas numerosas fábricas têxteis, está tão ligada à economia colonial, verá fortalecidos os laços que o prendem ao Ultramar por mais um novo e importante consumo de algodão e pelo da borracha da Guiné e de Angola"⁵⁰. Na verdade, estas colónias produziam em crescendo borracha canalizada para exportação: a Mabor exerceria uma acção de complementaridade, substituindo as importações e criando trabalho na metrópole, à luz da doutrina da integração económica do Império, ao mesmo tempo que garantia uma linha de autonomia na manutenção da frota automóvel. Mas, segundo Nuno Simões, nos primeiros anos não se atingia a capacidade de produção da empresa, a produção ficava abaixo das possibilidades, até porque uma havia uma contingência para importação de pneus do estrangeiro e só a partir de 1948 (dec. 36945 de 4 de Junho) foi permitida a exportação para o Ultramar de pneus nacionais⁵¹.

A Mabor representou o primeiro grande investimento de natureza internacional no concelho de Vila Nova de Famalicão, embora maioritariamente dominado pelo grupo desenvolvido em torno do BBI que, com o Conde da Covilhã à frente do seu Conselho de Administração, se configurava então como um dos mais importantes conglomerados empresariais do País. Fruto de um estudo aprofundado, nas suas características técnicas e dos perfis dos produtos finais, foi-o também para efeitos de localização, sendo escolhido um terreno junto ao rio Ave e à linha férrea, em Lousado, devido, nomeadamente, às condições de mão-de-obra, quantidade e qualidade de água, facilidades de energia eléctrica, facilidades de transporte, etc. Em 1967, foi inaugurada uma segunda unidade fabril nos terrenos de Lousado, passando a produzir pneus de técnica radial e conquistando fatias importantes do mercado externo, nomeadamente nos países nórdicos com um pneu para circulação na neve.

Em actividade complementar à Mabor, surgiu a ITA – Indústria Têxtil do Ave, S.A.R.L, sociedade anónima com um capital inicial de 40 mil contos, que contou também com a colaboração técnica da empresa norte-americana The General Tire & Rubber Cy, e que foi bastante ampliada em 1967 e anos seguintes, correspondendo à ampliação do mercado de pneus e à sua capacidade de penetração nesses mercados. O seu objectivo era, com efeito, a produção de lonas para fins industriais e de tipo "cordfabric" para pneus, tanto para a Mabor como para exportação, particularmente para os países nórdicos.

Depois de várias vicissitudes, a Mabor integra actualmente o grupo Continental⁵².

⁵⁰ "Um grande empreendimento industrial", *Notícias de Famalicão*, 5.1.1946.

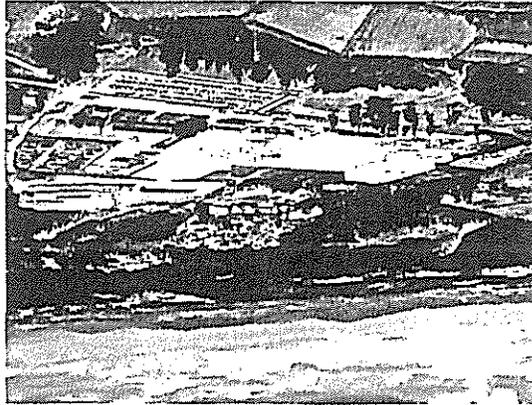
⁵¹ Simões, Nuno – *Indústria da Borracha e Pneus*, separata do II Congresso da Indústria Portuguesa, 1957.

⁵² Pereira, Sónia Santos – *Mabor: 50 anos sobre pneus. O Tripelra*, 7ª série, nº 10, 1996, p.294-297.

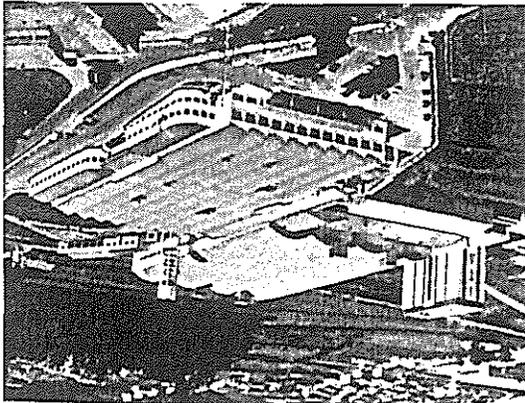
Nos finais dos anos 60 começam a chegar à região outro tipo de indústrias, ligadas aos componentes electrónicos e a óptica, fruto do investimento estrangeiro captado por políticas governamentais de incentivo, que iniciaram um processo de diversificação estendido a outros concelhos da região, na previsão da crise têxtil. A indústria de material eléctrico e electrónico, com as suas especificidades de micro-produção, teve um impacto significativo na altura, mas não se verificou continuidade de investimento/crescimento neste domínio após os acontecimentos pós-1974. Em Vila Nova de Famalicão podem incluir-se neste caso unidades industriais como a Roderstein e a Leitz.

4.9 - INDÚSTRIAS ELECTRÓNICA E ÓPTICA

Vista aérea das actuais instalações da Continental / Mabor



Instalações da Indústria Têxtil do Ave



5. AS QUESTÕES SOCIAIS

A designada "questão social", enquanto expressão das relações de desigualdade de condições e de repartição de trabalho, não esteve ausente de Vila Nova de Famalicão, evoluindo com a densificação do trabalho industrial. Se o movimento grevista só chega a Famalicão de forma significativa em Julho de 1910 (o que não significa que não houve problemas anteriores de pequena dimensão, como mostrou Augusto Pereira, que anotou conflitos em 1900, em Santana, e em 1903 em Riba d'Ave⁵³), na greve geral que arrasta a mancha industrial nortenha e precede a República, já antes havia consciência dos problemas e procurava-se remediá-los pelas formas conhecidas – associativismo e mobilização operária. Há notícias de uma Associação de socorros mútuos, em 1904. E, pouco depois, já os jornais falam da Associação do Operariado Famalicense, que em 1907, no mesmo anúncio da convocação de assembleia geral para apresentação de contas, convidava os associados para uma terceira conferência (de acordo com as imposições dos estatutos para efeitos de instrução dos associados) sob o tema "As associações de classe e as suas relações com o Socialismo", a proferir por Macedo d'Andrade, vindo do Porto⁵⁴.

Bastante significativa foi a acção da Associação dos Empregados no Comércio, que zelava pelo cumprimento do descanso dominical, imposto pelo decreto de 9.8.1907, luta que teve de desenvolver porque uma parte do comércio local teimava em abrir as portas dos estabelecimentos até ao meio-dia nos domingos. Mas as suas quotizações eram mínimas, pois para fazer uma bandeira tiveram de recorrer às contribuições de antigos colegas que foram para o Brasil e que de lá mandaram os donativos necessários⁵⁵. Com uma luta porfiada durante vários anos, desenvolveram campanhas contra o abuso do álcool e instalaram aulas de português, francês, escrituração comercial e música.

Em 1911, no 1 de Maio, inaugurava-se a Associação de Classe dos Operários da Construção Civil, congregando as quatro artes – trolhas, pintores, pedreiros e carpinteiros, que, para além do auxílio aos sócios em dificuldades por doença ou desastre de trabalho, tinham um grande objectivo: desejavam receber o salário ao sábado, não descansando nesses dias ao almoço nem ao jantar, para despegarem às 3 horas no inverno e 4 horas no verão, de forma a sortirem-se de géneros, dado o fecho ao domingo dos estabelecimentos comerciais.

As greves nas grandes fábricas, com todo o movimento gerador de conflitos e repressão das autoridades passou a fazer-se sentir de vez em quando, apesar da docilidade do operário do Vale do Ave, tão referida e explicada pelo natureza do trabalho industrial na região⁵⁶, complementar do agrícola, pelo efeito desmobilizador que a dispersão das instalações fabris propiciava e ainda pelo papel do patrocinato no recrutamento de mão-de-obra. Apesar disso, em 1913 surgiram novas greves, tendo sido muito badaladas as verificadas na Sampaio, Ferreira & C^a e na Fábrica de Caniços, que voltam em 1915, 1918, 1925, mais ou menos generalizadas a outras fábricas.

O Clarão, publicação que se apresentava como "porta-voz do operariado do concelho de Famalicão", publicado em 1920 (Agosto de 1920 a Fevereiro de 1921), era propriedade de um "grupo de libertários", dirigido por António Gonçalves Branco. No seus poucos números preocupa-se com a

⁵³ Pereira, Augusto Castro – Reacções operárias nos concelhos de Famalicão e Santo Tirso, *CMVNF - Boletim Cultural*, nº 15, 1998, p. 57-68.

⁵⁴ "Associação do Operariado Famalicense", *O Regenerador* de 16.3.1907.

⁵⁵ "Empregados de comércio", *O Regenerador*, 14.5.1910.

⁵⁶ Ingerson, Alice E. – Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave, *CMVNF - Boletim Cultural*, Set./1983, p.71-107.

grande questão da altura, o cumprimento da jornada de 8 horas. No incumprimento do novo horário de trabalho estipulado, é particularmente violento contra *A Boa Reguladora*, apoiando a greve então desencadeada por este objectivo, e contra a moagem *A Central do Minho*, de Domingos Cancela.

Em 1921, congregando o patronato, surgiu a *Associação Comercial e Industrial*, que tendo um peso directivo importante de personalidades ligadas a grupos restritos de empresas (com predominância para *A Boa Reguladora*, numa primeira fase, para os industriais de Riba d'Ave, noutra altura) criava rivalidades, não obstante as campanhas a favor do bem público que dinamizava (telefones, correio), havendo abandonos constantes e inscrições efémeras. Instabilidade que originava a necessidade de recorrer a sócios beneméritos, como foi o caso de Narciso Ferreira, em alturas de sufoco financeiro. Célebres foram os bailes regulares no salão da sua sede, elemento central da sociabilidade empresarial e da atracção dos jovens. Em 1939, face à imposição da nova organização corporativa (dec. 29237) que obrigava à integração das associações patronais na organização gremial, a *Associação Comercial e Industrial* passou por uma fase crítica, que implicou a sua dissolução, passando a funcionar exclusivamente como associação recreativa – *Ateneu Comercial e Industrial*, para depois recuperar o seu estatuto tradicional e o seu papel associativo.

A questão do horário de trabalho foi sempre das que mais problemas levantou, apesar das várias regulamentações, bastando o carácter sucessivo destas para evidenciar a sua ineficácia. "Excluído o comércio de Lisboa e Porto e alguns – muito poucos – estabelecimentos industriais, o grosso da indústria continuou a laborar sempre consoante a vontade dos seus dirigentes, certo de que a falta de uma conveniente fiscalização o poria a coberto das suas manifestas infracções à lei". Isto era reconhecido por um jornal afecto ao empresariado local de Vila Nova de Famalicão⁵⁷, a pretexto das situações diferenciadas entre os distritos de Braga, onde face ao dec. 24402 de 24.8.1934, se praticava uma maior acção inspectiva no sentido do cumprimento das 8 horas, enquanto em S. Tirso (nomeadamente na Fiação de Negrelos) se continuava indiferente a praticar as 10 horas, de que resultava um benefício de 25% no factor trabalho.

Em 1936, foi decretado o salário mínimo para a indústria de fiação e tecidos a nível nacional, depois de o ter sido para a indústria chapeleira. O facto teve uma importância local relevante, dada a numerosa população têxtil, embora se reconhecesse que um salário de 5\$00, em média, para um chefe de família só podia fazer dele "um desiludido ou um revoltado". O salário mínimo fora estabelecido muito por baixo, para ser aceite. Nem todos pensavam como Carlos da Fonseca, sócio principal e gerente da Fábrica de Fiação e Tecidos da Carreira, fabricada erguida em 1934, com algumas preocupações de inovação técnica (secção de marcerização, única no concelho, cada máquina com o seu motor automático...), de higiene, de iluminação, com refeitórios e casas de habitação. Perguntavam-lhe numa entrevista:

– *Que pensa V^o Exc^a do salário mínimo?*

– *Aquilo que todos deviam pensar e que muitos industriais não apoiam. O salário mínimo e a sindicalização são medidas úteis cujos efeitos benéficos se fazem há muito esperar como satisfação da justas aspirações do operário. Porque eu sou dos que pensam que melhorar as condições do operário é combater o comunismo. No fim de contas também nós os industriais temos a lucrar com o salário mínimo. Se o operário ganha mais, aumenta o poder de compra e, portanto, activa-se a nossa produção e venda.*⁵⁸

Uma verdadeira atitude fordista! No campo do relacionamento entre o capital-trabalho desenvolveram-se naturalmente diversas estratégias. O paternalismo industrial que em Portugal se iniciou

⁵⁷ O Horário de Trabalho", *Estrela do Minho*, 28.10.1934.

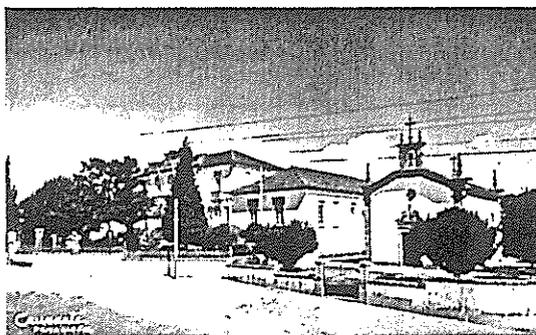
⁵⁸ "Uma entrevista", *Notícias de Famalicão*, 10.10.1936.

com algumas fábricas têxteis do século XIX e mais tarde se desenvolveu muito na CUF, também chegou ao Ave através de Narciso Ferreira, que implementou uma importante obra social, continuada pelos descendentes através da Fundação Narciso Ferreira. Primeiro com os Montepios do pessoal das empresas - Sampaio, Ferreira & C^a, Oliveira, Ferreira & C^a e Empresa Têxtil Eléctrica, Ld^a – garantia-se ao pessoal subsídios na doença, no parto e na invalidez, no caso de morte o subsídio de funeral e em casos de depauperamento o estágio em sanatórios, surgindo depois o hospital, as escolas primárias. Finalmente a Fundação veio ampliar e dar sentido de conjunto a essas e outras iniciativas, que inclui arranjos urbanísticos, Igreja local e um importante património imobiliário (Teatro, Quartel de Bombeiros, Estalagem, mercado), ao mesmo tempo que desenvolvia apoio a indigentes e desprotegidos e acção educativa, numa vasta acção filantrópica⁵⁹.

Em 1940, com a nova organização corporativa, emerge neste âmbito a primeira organização, o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga – Secção de Famalicão, com sede em Delães, pólo têxtil importante que confina com Riba d' Ave e Bairro. Aparentemente as tensões passaram a resolver-se dentro do quadro conciliador e/ou repressivo do corporativismo, embora a história das resistências operárias seja um caminho ainda por desbravar⁶⁰.

Muitos dos afrontamentos entre patrões e trabalhadores, que cresceram nas décadas de 1960 e 1970, derivam já da reorganização sindical e da politização crescente dos trabalhadores face aos seus direitos e às condições de trabalho vigentes. Os movimentos clandestinos ganharam então uma importância decisiva, apesar de mal conhecidos.

Entretanto, após a revolução do 25 de Abril de 1974, as movimentações sindicais passaram a fazer-se em plena liberdade, confundindo-se, por vezes, com os movimentos revolucionários emergentes. No âmbito das reivindicações operárias dos anos 80/90 enquadram-se múltiplas manifestações, nomeadamente movimentações contra os salários em atraso e contra os despedimentos. Entretanto, trabalhos recentes de sociologia dão conta de transformações profundas nos padrões sociais do operariado do vale do Ave⁶¹.



Hospital Narciso Ferreira, em Riba d'Ave



Bairro residencial Conde de Riba d'Ave

⁵⁹ Alves, Jorge Fernandes, Fundação Narciso Ferreira – Indústria e obra social na têxtil nortenha, *O Tripeiro*, 7ª série, vol. XV, nº 8, p. 242-248. E Fernando, Aurélio – ob. cit.

⁶⁰ Alves, Jorge Fernandes, *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira*, V.N. de Famalicão: Câmara Municipal/Museu da Indústria Têxtil, 1999. Alves, Jorge Fernandes, *Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave*. In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) – *Património e Indústria no Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Adrave, 2002, p. 112-125.

⁶¹ Ver, por exemplo, Pereira, Virgílio Borges. *Os Vincados Padrões do Tecido Social*, Porto, Afrontamento, 1999.

6. OS ÚLTIMOS ANOS

Em 1970, o distrito de Braga tinha do sector secundário uma contribuição de 50% do seu produto interno bruto distrital, quando 20 anos antes este sector representava apenas 35%. Ora se o distrito atingia então um limiar claro de industrialização, a verdade é que a repartição espacial da indústria se confinava quase só a 5 concelhos (Famalicão, Guimarães, Braga, Fafe e Barcelos), que chamavam a si 96,6% do valor bruto da produção industrial, segundo os valores do inquérito industrial de 1964. Mas Famalicão era o que mais contribuía para esta situação, com urna prestação de 39,5 % desse valor distrital, seguido de Guimarães com 34,4%, com Braga e Barcelos na casa dos 8% cada, ficando-se Fafe pelos 6%. Estamos, assim, em face de uma concentração industrial que quase coincide com o designado "quadrilátero urbano", na expressão de A Proença Varão, ou seja o espaço entre Braga, Guimarães, Barcelos e Famalicão, que funcionavam como vértices de um quadrilátero de forte aglomeração demográfica, em que 16% do território distrital agregava 54,0% da população respectiva, segundo dados do censo de 1960. A distribuição sectorial do contributo famalicense pode ver-se no quadro seguinte, em que avulta a importância da têxtil, sendo que a importância das outras indústrias ganha dimensão por incluir estabelecimentos únicos, como a Mabor (pneus) e instrumentos de medida (Reguladora).

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL | V. N. DE FAMILIÇÃO, 1964

CLASSE	MILHARES DE CONTOS	%
Indústrias textéis	1224,3	74,6
Fabricação de calçado e vestuário	22,0	1,3
Indústrias da madeira	11,8	0,7
Fabricação de produtos metálicos	15,7	1,0
Construção de máquinas não eléctricas	46,6	2,8
Construção de material de transporte	1,3	0,1
Construção e obras públicas	21,4	1,3
Outras indústrias	298,0	18,2
Produção total	1641,1	100
% concelhia na produção distrital		39,5

Fonte: A. Proença Varão, ob. cit., p. 123

O concelho de Vila Nova de Famalicão distinguia-se ainda a nível distrital por albergar o maior número de empresas "grandes", na tipologia do inquérito as que empregavam mais de 200 pessoas, com 24 fábricas deste tipo (fiação e tecelagem – 16; malhas – 2; vestuário – 1; produtos metálicos – 1; máquinas não eléctricas – 1; instrumentos de medida – 1; construção e obras públicas – 1; outras – 1). E destas, seis ocupavam mais de 1000 trabalhadores, na fiação e tecelagem (a nível distrital, só havia na altura mais duas fábricas com mais de mil trabalhadores, uma em Fafe, também fiação e tecelagem, e outra em Barcelos, de malhas). Esta situação foi fruto de um crescimento muito significativo nos inícios

da década de 60, pois ao nível do valor líquido da produção, o concelho de Famalicão aumentou de 1959 a 1964 em 103% (em milhares de contos, de 301,4 para 613,6), aumento que se deve em grande parte à renovação verificada em algumas fábricas têxteis e de malhas. Apesar da aparente saturação têxtil, entre 1964-69, dos 105 pedidos para instalação de novas indústrias, 47 continuavam a apontar para a fiação e tecelagem⁶².

DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO E DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO
POR SECTORES DE ACTIVIDADES NO CONCELHO DE V. N. DE FAMALICÃO EM 1971 E 1984

CONCELHO DE V. N. DE FAMALICÃO SECTORES DE ACTIVIDADE	PESSOAL AO SERVIÇO		VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO	
	1971	1984	1971	1984
Indústrias de alimentação	1,9%	3,8%	2,9%	6,3%
Têxteis, calçado e vestuário	78,4%	74,6%	73,4%	68,7%
Madeira e cortiça	1,6%	1,4%	0,9%	0,2%
Papel e artes gráficas	0,4%	0,3%	0,2%	0,1%
Químicas, borracha e plástico	6,7%	5,7%	15,2%	9,1%
Minaerais não metálicos	0,3%	0,8%	0,4%	0,7%
Metalurgia de base	0,4%	0,5%	0,5%	0,3%
Máquinas e equipamentos	5,9%	10,6%	4,1%	8,2%
Outras indústrias	4%	2,2%	1,7%	1,6%

Fonte: M. Araújo Silva - 25 anos de evolução industrial: e agora?, CMVNF - Boletim Cultural

Pode observar-se que o peso da indústria têxtil (embora utilizando o indicador agregado de "têxteis, vestuário e calçado"), qualquer que seja o critério utilizado, apresenta uma evolução descendente entre 1971 e 1983/84, descendente, é verdade, mas de forma muito reduzida, situando-se no patamar dos 70%, dominando quer em pessoal, quer em valor bruto da produção. Diminuiu significativamente o sector das "químicas, borracha e plástico", sobretudo ao nível do valor da produção. Só cresceram nesse período as indústrias de alimentação, duplicando os dois tipos de indicadores, embora a níveis ainda inferiores a 10% do total, bem como o sector das máquinas e equipamentos, cujos indicadores igualmente duplicam. As indústrias de alimentação têm, entretanto, constituído um sector em franco crescimento, elevando sempre o seu peso relativo na estrutura industrial, naturalmente a acompanhar uma evolução tecnológica apreciável e reconhecida nas carnes industriais, sector onde as empresas se multiplicaram.

Mas, se seguirmos o autor citado, e encurtarmos o período de análise, comparando as estatísticas de 1979 e 1984, o sector têxtil agregado apresentava um crescimento em emprego de 75,3%, o que se explicava por uma quebra súbita de emprego no sector logo após 1974, para depois recuperar através, essencialmente, dos subsectores de preparação e acabamentos de tecidos (16,1%), das malhas (17%) e do vestuário (40,2%), o que nos mostra o tipo de reciclagem e recuperação vividas no sector e no vale do Ave em geral, após a perda dos mercados coloniais. O vestuário e as malhas vieram absorver mão-de-obra da têxtil tradicional (tecelagem), ao mesmo tempo que incorporavam valor acrescentado ao sector (embora com as características de sempre na têxtil, ou seja, mão-de-obra barata, pouca inovação, ausência de controlo da produção, débil capacidade de investimento)⁶³. O outro sector que se destacou neste período na criação de emprego foi o das máquinas e equipamentos, com 19,3% do total. Tem vindo a atenuar-se, em todo o caso, o monolitismo industrial marcante na estrutura industrial do concelho, mas ao crescimento do sector de máquinas e equipamentos não deverá ser estranha a reciclagem da indústria têxtil rumo à confecção. Não podemos esquecer que o salto qualitativo da indústria

⁶² Silva, Manuel Araújo da - 25 anos de Evolução Industrial: e agora?, CMVNF - Boletim Cultural.

⁶³ As empresas de confecção ultrapassam largamente as duas centenas nos tempos actuais, segundo o Directório da Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão, 1998.

de maquinaria nas décadas de 40, que anos antes começara vocacionada para os utensílios e máquinas agrícolas, reflectia já o crescimento da têxtil na altura, devendo, portanto, reconhecer-se o efeito motriz deste sector que induz a necessidade de indústrias daquele tipo para assegurar a manutenção e substituição de equipamentos. O seu efeito só não terá sido maior por dois tipos de razões: a) o maquinismo têxtil era relativamente simples e alguns serralheiros privativos das fábricas resolviam os problemas primários, solicitando a indústria mecânica em escala reduzida; b) havia fora de Vila Nova de Famalicão, mais propriamente na zona do Porto, fábricas mais antigas de mecânica, datadas do início do século, que tinham acompanhado a prioridade da indústria têxtil na zona, e que forneceram o Vale do Ave em máquinas durante algumas décadas.

Atingindo nos inícios dos anos 80, uma participação de 75,4% da população activa no sector secundário, contra apenas 5,4% no sector primário, a industrialização é uma realidade dominante e determinante em Vila Nova de Famalicão, que está indissociavelmente ligada à nebulosa têxtil que cobre o vale do Ave, à sua vitalidade e, naturalmente, às suas fortes debilidades. De qualquer modo, a têxtil, enraizada numa profunda tradição histórica, ganhou de forma gradual a sua afirmação: do trabalho doméstico às formas de organização domiciliária do trabalho, passando pelas oficinas e depois pelas grandes fábricas, sem que nenhuma das etapas exclua a outra, o têxtil marcou definitivamente a história regional e local. Se o núcleo de Riba d'Ave teve um papel motor neste processo, aí se construindo as primeiras grandes fábricas que rapidamente se destacaram das numerosas oficinas oitocentistas, rapidamente a mancha fabril alastrou, mas densificando essencialmente os eixos de ligação a Guimarães e a Santo Tirso, na faixa leste do concelho. Claro que a fiação e a tecelagem induziram outros segmentos industriais da fileira, desde os botões às tinturarias e estamparias e, mais recentemente, às confecções. Mas a indústria famalicense está longe de se reduzir à têxtil, tendo sido particularmente importantes sectores como o da construção de máquinas agrícolas e depois de máquinas industriais, bem como indústrias ligadas à floresta (serrações, resinagem), sem esquecermos as unidades ligadas à grande economia internacional, como foi o caso dos pneus e da electrónica. No jogo das novas realidades a indústria têxtil reajusta-se à conjuntura, ganhando relevo o têxtil de qualidade e a confecção que atingem já níveis de elevada qualidade e de uma interessante penetração no mercado mundial. E revitalizam-se sectores, durante muito tempo adormecidos, de que a indústria de carnes é um bom exemplo.